



23 DE MARÇO DE 2015

Segunda-feira

- **CAMINHÕES TÊM PIOR TOMBO DA INDÚSTRIA**
- **CRISE AMEAÇA SOBREVIVÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS**
- **INDÚSTRIA VOLTA A DEMITIR TRABALHADORES EM JANEIRO**
- **CRISE DE ENERGIA ACELERA PROJETOS DE GERAÇÃO INDIVIDUAL**
- **ACÇÕES SÃO IMPULSIONADAS POR ALTA EM WALL ST DEVIDO AO DÓLAR MAIS FRACO**
- **CHEMCHINA COMPRARÁ FABRICANTE DE PNEUS ITALIANA PIRELLI EM ACORDO DE US\$7,7 BI**
- **TOYOTA DEVE APROVAR NOVA FÁBRICA NO MÉXICO EM POUCAS SEMANAS, DIZEM FONTES**
- **GOVERNO DO JAPÃO MELHORA AVALIAÇÃO ECONÔMICA PELA 1ª VEZ EM 8 MESES**
- **IPCA-15 DESACELERA EM MARÇO A 1,24% MAS EM 12 MESES TEM MAIOR ALTA EM 10 ANOS**
- **CADE FAZ 1º ACORDO DE LENIÊNCIA COM EMPRESAS ENVOLVIDAS NA LAVA JATO**
- **QUEDA DO EURO EM RELAÇÃO AO DÓLAR É NOVO EPISÓDIO DE GUERRA CAMBIAL**
- **PRÉVIA DA INFLAÇÃO EM 12 MESES É A MAIOR DESDE MAIO DE 2005**
- **BRASIL ADOTA MODELO DE ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS FOCADO NO CONSUMO**
- **CRISE HÍDRICA PODE TRAZER MUDANÇAS NO CUIDADO COM ÁGUA, DIZEM ESPECIALISTAS**
- **PSA INVESTE R\$ 400 MI PARA PRODUZIR PEUGEOT 2008 NO RJ**
- **LIUGONG INVESTE R\$ 120 MILHÕES EM FÁBRICA EM SP**
- **BRASIL TERÁ MAIS UMA FÁBRICA DE AEROGERADORES**

- **ABIMAQ: EXPORTAÇÃO É ALTERNATIVA PARA DRIBLAR CRISE**
- **USINA GUARANI LEILOA CARROS, CAMINHÕES E MÁQUINAS**
- **ZF CELEBRA 1 MILHÃO DE TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS AS TRONIC**
- **GM ABRE NOVO PDV EM SÃO CAETANO DO SUL**
- **VOLKSWAGEN ATINGE 22 MILHÕES DE VEÍCULOS PRODUZIDOS NO BRASIL**
- **JURO MAIOR ENCURTA PRAZO DE CONTRIBUIÇÃO ATÉ APOSENTADORIA**
- **RENDA DE APOSENTADORIA POR DOENÇAS GRAVES É ISENTA DE IMPOSTO DE RENDA**
- **COM JUROS ALTOS, QUAL TÍTULO PÚBLICO É MAIS VANTAJOSO? CONFIRA RESPOSTA**
- **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA PETROBRAS TEM INTERESSE COMUM A VALE**
- **CRISE NO BRASIL VAI PIORAR ANTES DE MELHORAR, DIZ EDITORIAL DO 'FINANCIAL TIMES'**
- **HELICÓPTERO FABRICADO EM COMPÓSITOS É APOSTA BILIONÁRIA DA AIRBUS**
- **LIBRELATO QUER CONSTRUIR NOVA FÁBRICA AINDA EM 2015**
- **GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO PROJETO QUE REDUZ DESONERAÇÃO FISCAL**
- **RETORNO DE ENCARGOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO SERÁ POR LEI**
- **PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO SOBE 0,6% EM FEVEREIRO**
- **EMPRESA EM QUE NIPPON É ACIONISTA APOIOU PARISOTTO NA USIMINAS**
- **DECISÕES DA JUSTIÇA E CADE NO RADAR DA USIMINAS**
- **QUEM SERÃO OS PRINCIPAIS PLAYERS DO MINÉRIO DE FERRO EM 2015?**
- **COMPANHIAS VÃO ENFRENTAR MAIS UM ANO DE RETRAÇÃO**
- **ATIVIDADE FRACA REDUZ EFEITO CAMBIAL SOBRE PREÇOS**

CÂMBIO		
Em 23/03/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,198	3,199
Euro	3,485	3,486

Fonte: BACEN

Caminhões têm pior tombo da indústria

23/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Com produção e vendas acumulando quedas ao redor de 50% no primeiro bimestre, o segmento de caminhões tem apresentado o pior desempenho entre os diversos setores da indústria automobilística brasileira, sem perspectivas de melhora no curto e médio prazos.

A intensidade da retração supera as expectativas até mesmo de analistas e montadoras mais pessimistas, que agora revisam projeções para baixo, com a baixa no ano podendo alcançar 25%. A surpresa se deve a fatores negativos que não foram levados em conta nas previsões iniciais.

Segundo a Anfavea (associação das montadoras), as vendas de caminhões recuaram 39% nos dois primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2014. As vendas da Volvo, que tem fábrica em Curitiba, caíram ainda mais: 57%. Outra empresa com produção no Paraná, a DAF elevou as vendas, mas o volume comercializado é baixo: subiu de 18 para 57 unidades.

Além da antecipação de compra em anos anteriores, do ajuste fiscal em andamento e do aperto nas condições de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que já constavam nas primeiras estimativas, a crise política, os efeitos em cascata da Operação Lava Jato, a possibilidade de racionamento de energia e a crise hídrica afetam diretamente a atividade dos principais setores demandantes de caminhões.

Além disso, a disparada do dólar elevou os custos de produção sem ajudar as exportações, uma vez que boa parte da produção brasileira é vendida a países do Mercosul que também estão mal, como Argentina e Venezuela.

A junção de todos esses fatores tem pesado sobre a confiança dos empresários, que adiam investimentos na compra dos veículos.

O economista Rodrigo Baggi, da Tendências Consultoria Integrada, explica que os efeitos da Lava Jato têm prejudicado o setor, na medida em que afetam o mercado da construção – projetos de infraestrutura –, grande solicitante de pesados.

A menor rentabilidade do agronegócio e da mineração, em função da queda dos preços internacionais das commodities, também influencia negativamente. Soma-se a tudo isso ainda o “esfriamento” do varejo, que provoca redução dos fretes, cujos preços já tinham sido afetados pelo reajuste de combustíveis.

Perspectivas

O presidente da Anfavea, Luiz Moan, avalia que essa conjugação de fatores negativos faz com que as perspectivas para o curto e médio prazos não sejam nada otimistas.

“O segundo trimestre ainda deve ser difícil, e a expectativa é de melhora no segundo semestre, mas precisamos ver o andamento de algumas coisas”, afirmou, ressaltando que a Anfavea deve anunciar em abril revisão para baixo das projeções iniciais para todo o setor de autoveículos.

A Tendências também deve anunciar em breve revisão para baixo das previsões para o setor. De acordo com Rodrigo Baggi, atualmente a consultoria estima recuo de 6% nas

vendas de caminhões em 2015 ante 2014, projeção que deverá ser revisada para retração entre de 20% a 25%.

Investigação e ajuste fiscal freiam obras e geram demissões

A combinação entre a Operação Lava Jato e o pacote de ajuste fiscal do Ministério da Fazenda, além de uma certa dose de burocracia e brigas contratuais, resultou em obras paradas ou em ritmo lento pelo Brasil. Sondagem feita com sindicatos do setor de construção pesada levantou quase 30 grandes projetos em ritmo extremamente lento e, muitos deles, com demissões em massa.

Só nos primeiros dois meses deste ano foram fechadas 35.552 vagas na construção civil, segundo o Ministério do Trabalho. Se retroagir a setembro de 2014, quando as investigações da Operação Lava Jato se intensificaram, esse número sobe para 241.580.

O Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil, considerado um dos motores de crescimento do País, despencou 5,6% em 2014 e pode cair mais 5% neste ano, segundo cálculos da GO Associados a pedido da Associação Paulista dos Empresários de Obras Públicas (Apeop).

Crise ameaça sobrevivência das pequenas e médias empresas

23/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A crise econômica pressiona as empresas de todas as idades e tamanhos indiscriminadamente. Inseridas na cadeia produtiva, as pequenas e médias empresas (PMEs) sofrem, de um lado, os reflexos da dificuldade das grandes, do outro, a alta do dólar, inflação e impostos e, em um terceiro ângulo, pelo consumidor, com menor poder de compra e índice de confiança (ICC) em baixa histórica.

Ameaçados, os empresários procuram reduzir custos e encontrar soluções criativas para fazer mais com menos e não engordar estatísticas de fechamento de empresas

“O brasileiro já saiu de uma crise em 2009. Se não fossem as pequenas empresas a sustentar o mercado interno, provavelmente a economia teria entrado em colapso há anos”, diz o gerente de negócios competitivos do Sebrae, Agnaldo Castanharo.

Segundo ele, o cenário não é surpresa, já que as sondagens sinalizavam o agravamento da conjuntura econômica. No mês passado, o ICC ficou 9,3 pontos abaixo do mínimo

registrado durante a crise de 2008-2009, enquanto o Índice de Confiança do Empresário Industrial foi o menor em 16 anos e o do comércio teve a maior queda em cinco anos.

Cinto apertado

Confira algumas dicas do especialista Cícero Caiçara Junior para as PMEs driblarem a crise.

- **Despesas** : Para reduzir gastos não essenciais e eliminar desperdícios , é preciso rever todos os custos fixos e variáveis e encontrar soluções como a terceirização de serviços secundários e redução de estoque de produtos menos lucrativos
- **Lucros** : Otimização de força de trabalho e renegociação com fornecedores vão ajudar a melhorar a lucratividade
- **Controle:** Mapear indicadores, diminuir custos operacionais e garantir fluxo de caixa saudável
- **Diferenciação:** Identificar tendências de mercado e diferenciar-se com estratégias como oferecer melhor preço, maior valor agregado, melhorar atendimento ao cliente e reduzir o prazo de entrega
- **Transparência:** Compartilhar o cenário com a equipe e envolver todos na superação da crise
- **Gestão** : Buscar apoio de uma consultoria ou profissional que traga conhecimento, resultados e auxilie na implementação das ações.

Segundo Cícero Caiçara Junior, diretor da Primazia, consultoria especializada em gestão administrativa e estratégica, o primeiro passo para atravessar a crise com segurança é manter a gestão à vista, ou seja, sob análise da planilha de custos no papel, com classificação dos custos essenciais e eliminação ou redução dos não essenciais.

Também comum em tempos austeros, a redução da margem de lucro é um recurso para manter a competitividade. Como o aumento das taxas de juros e de tarifas como energia e combustível tornam está uma operação delicada, a renegociação com fornecedores é uma boa alternativa, sem abrir mão da qualidade.

Nesse processo de redução de gastos, o corte de pessoal é uma das primeiras tentações do empresário, uma vez que a folha de pagamento é o que mais pesa nas contas. Porém, de acordo com os especialistas, a medida deve ser a última alternativa, já que as empresas precisam de uma equipe qualificada para superar a crise e sair na frente quando o cenário for revertido.

“Além de ter custo, a demissão significa abrir mão de um recurso humano que é essencial em momentos difíceis, pois precisa-se de gente treinada para produzir mais e encontrar soluções”, diz o especialista do Inper Henrique Barros.

Diante disso, a transparência com a equipe é conselho unânime. “Compartilhar o momento com a força de trabalho e envolver todos no desafio é essencial, todos saem mais fortalecidos, assim como a empresa”, recomenda Caiçara Junior.

Inovação

Se de um lado é preciso cortar custos, de outro é essencial buscar soluções criativas para se diferenciar no mercado e antecipar tendências. Isso exige investimento, palavra temida em tempos áridos. “Quem tem criatividade e fôlego para investir durante a crise estará preparado para disparar quando o mercado estabilizar”, diz Agnaldo Castanharo.

É pensando nessa estratégia que a empresa ISO Enterprise tem perspectivas otimistas de crescimento em 2015. Com um software que gerencia o relacionamento com o cliente, a empresa de TI vem investindo na divulgação de seus produtos na internet.

“Em momentos de crise, as pessoas precisam otimizar processos e nosso produto agiliza a prospecção e o fechamento dos negócios, por isso vemos a crise como uma oportunidade de divulgar nosso trabalho e ajudar outras empresas a superá-la”, diz Fernando Mazon, sócio da empresa.

Ao analisar o cenário, a empresa identificou uma nova demanda e desenvolveu um produto de inteligência competitiva para pequenas empresas. Com custo de R\$ 900 mil, o projeto terá subvenção de 50% pelo governo e chega ao mercado em 2017.

“Levamos nossa expertise para adaptar a experiência de outros clientes e otimizar o processo de cada um de maneira personalizada. Não basta vender mais, é preciso vender melhor e agregar valor”, diz Roger Araujo, também sócio da ISO Enterprise.

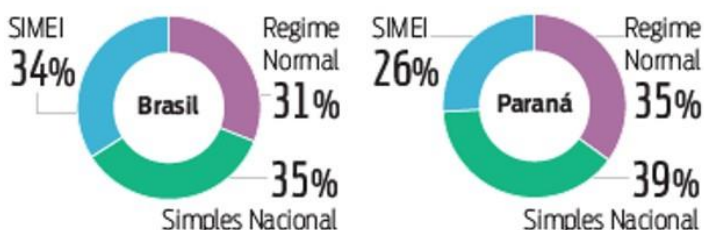
CENÁRIO

Confira o cenário de Micro e Pequenas empresas no Brasil e no Paraná:

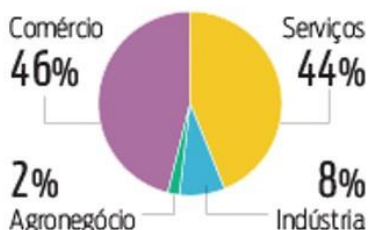
	Brasil			Paraná		
	2014	2015	variação	2014	2015	variação
MPEs ativas	13,685mi	13,694 mi	0,07%	955,3 mil	955,7 mil	0,04%
Fechadas	145.894	*		11.360	*	
Arrecadação no Simples Nacional (em bilhões)	62,7	71,5	14,04%	4,2	4	-4,76%
Faturamento (em bilhões)	722,2	815,2	12,88%	49	46,5	-5,10%

*dados ainda não disponíveis

REGIME DE TRIBUTAÇÃO



MPEs POR SETOR NO BRASIL



Fonte: Empresômetro/Confederação Nacional do Comércio (CNC). Infografia: Gazeta do Povo.

Bem Mais Simples reduz fechamento de empresas para 5 dias

Segundo o Fenacon, fechar uma empresa custava 44% mais caro que abrir. Segundo levantamento feito pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), o fechamento de uma empresa no Brasil custa 44% mais caro do que para a abertura. Ou custava, até a implementação do programa Bem Mais Simples, do governo federal, que desburocratiza os processos de abertura e fechamento das empresas brasileiras.

O alto custo do procedimento, com pesados honorários cobrados por escritórios de contabilidade, deu lugar a um procedimento simples. O processo pode ser feito em cinco dias. “Vamos ter um quadro das empresas realmente ativas e temporariamente inativas e não mais permanentemente”, diz o ministro Afif Domingos, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Segundo o órgão, até o início do programa, havia 1,2 milhão de empresas permanentemente inativas.

“A burocracia era enorme e desestimulava os empresários, o que acarretava em problemas como a falta da entrega do Imposto de Renda e o impedimento de abrir outra

empresa”, diz o presidente do Fenacon, Mario Berti. Ele explica que agora as pendências da empresa fechada são passadas para a pessoa física, ficando o empresário livre para uma nova empreitada. De acordo com o Fenacon, mais de 30% das empresas não sobrevivem ao segundo ano de mercado.

“Depois de uma experiência ruim, o cidadão sai mais fortalecido e tem maiores chances de sucesso na segunda empresa. Esse empreendedor agora tem outra oportunidade”, diz o ministro. Segunda etapa do processo, a simplificação da abertura de empresas deve ser implementada no final de junho. “O próximo passo é aprovar uma proposta que permita às empresas passarem pelo processo de ajustes fiscais com o menor dano possível e possam crescer”, diz.

“Depois de uma experiência ruim, o cidadão sai mais fortalecido e tem maiores chances de sucesso na segunda empresa. Esse empreendedor agora tem outra oportunidade.”- Afif Domingos, ministro da Secretaria Nacional da Pequena e Média Empresa.

“Quem tem criatividade e fôlego para investir durante a crise estará preparado para disparar quando o mercado estabilizar”- Agnaldo Castanharo, consultor Sebrae.

Indústria volta a demitir trabalhadores em janeiro

23/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Após um mês de trégua, a indústria voltou a demitir trabalhadores em janeiro. Houve ligeiro recuo de 0,1% no número de empregados em relação a dezembro, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário divulgada nesta sexta-feira (21) pelo IBGE.

Na comparação com janeiro do ano passado, o pessoal ocupado assalariado na indústria encolheu 4,1%, o 40.º mês consecutivo de cortes de vagas. “Ou seja, são mais de três anos de quedas no total de ocupados na indústria”, ressaltou Fernando Abritta, economista na Coordenação de Indústria do IBGE.

O número de empregados no setor já está 9% abaixo do pico registrado em julho de 2008, pouco antes da crise econômica mundial.

“A conjuntura continua desfavorável. A inflação alta ultrapassou o teto da meta do governo, os juros estão subindo desde 2013, a construção civil está desaquecida, a confiança do empresário continua em queda, a balança comercial negativa, os estoques seguem elevados”, enumerou Abritta. “Então o cenário não é favorável”, completou.

Em relação a janeiro de 2014, o número de vagas diminuiu em 17 dos 18 ramos investigados pelo IBGE. Os setores que mais demitiram funcionários foram máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-11,3%), meios de transporte (-7,7%) e produtos de metal (-7,7%).

O único setor a aumentar o número de postos de trabalho em janeiro foi o de produtos químicos, mas a alta foi de apenas 0,5% no total de ocupados em relação a um ano antes. “A crise no mercado de trabalho da indústria brasileira permanece, portanto, bastante aguda. Observa-se também que ela é geral”, avaliou, em nota, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

O número de horas pagas aos empregados até registrou ligeira melhora (0,2%) em relação a dezembro, após uma sequência de oito meses de quedas. O indicador costuma sinalizar movimentos futuros da ocupação na indústria, uma vez que os empresários

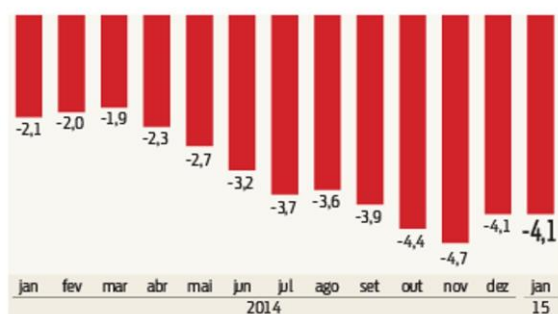
preferem primeiro calibrar o ritmo da produção através do aumento ou enxugamento da jornada de trabalho. Mas o IBGE ainda não vê sinal de melhora no indicador. "Ainda é muito cedo para falar em reversão [na tendência de demissão de trabalhadores]", disse Abritta.

O valor da folha de pagamento real dos trabalhadores diminuiu 0,5% na passagem de dezembro para janeiro, sob influência do resultado negativo da indústria de transformação. No entanto, o segmento extrativo registrou um salto de 9,1%, explicado pelo pagamento de participação nos lucros e resultados em uma grande empresa do setor.

MENOS VAGAS

O emprego industrial recuou 4,1% no país em janeiro na comparação com o mesmo mês de 2014. É o 40º resultado negativo consecutivo:

Variação igual mês do ano anterior (%)



RAMOS QUE MAIS CORTARAM

Dezessete dos 18 ramos pesquisados reduziram pessoal em janeiro na comparação com igual mês de 2014:	Máq. e apar. eletrodomésticos e de comunicações	-11,3
	Meios de transporte	-7,7
	Produtos de metal	-7,7
	Calçados e couro	-6,8
	Metalurgia básica	-6,3

Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Crise de energia acelera projetos de geração individual

23/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A crise do setor elétrico, com as dificuldades da geração hídrica e o consequente aumento do custo da energia, está acelerando a regulamentação e a implantação de projetos da chamada geração distribuída, em que consumidores residenciais ou empresariais geram energia tanto para consumo próprio como para injeção na rede elétrica, se o volume assim permitir. A modalidade mais viável é a solar, por meio de captação com painéis fotovoltaicos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu na última semana audiência pública que irá colher, até a próxima sexta-feira (27), sugestões para ampliar a regulamentação da atividade. A Aneel quer estabelecer modelos de contratos, definir a precificação da energia gerada e estabelecer as responsabilidades que cabem a cada agente participante do processo.

Ao mesmo tempo, a Copel prepara o lançamento de um projeto em nível estadual para estimular esse tipo de geração. O presidente da companhia, Luiz Fernando Leone Vianna, disse, em recente entrevista à **Gazeta do Povo**, que a proposta é uma das prioridades da

nova gestão, está em fase avançada e depende de alguns ajustes para ser lançada. Os maiores entraves são no campo tributário.

Na prática, a geração distribuída já acontece, inclusive no Paraná. O estado tem, segundo a Aneel, 24 unidades classificadas como microgeradoras de energia. A maior delas é a dos Institutos Lactec, que passaram neste ano a gerar 30 kW, por meio de telhados fotovoltaicos que captam energia solar.

A Klabin também investe na área e pretende, a partir do ano que vem, com a inauguração da unidade em Ortigueira, gerar energia suficiente para atender à demanda própria e reforçar em 150 MW a rede elétrica do estado.

A estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal que conduz estudos na área, é de que, até 2050, a geração distribuída seja capaz de atender 13,7% da demanda total do país: 5,7% por meio de geradores de pequeno porte e 8%, de grande porte – atualmente, este último segmento responde por 10% da produção elétrica brasileira.

As projeções da EPE indicam que o grande crescimento dessa modalidade de geração se dê a partir da década de 2030, quando os custos para a instalação – que são a principal barreira para a expansão do setor – estarão significativamente menores que os atuais.

A empresa vê papel estratégico do consumidor na expansão do segmento, afirmando que a microgeração contribui para “reduzir a necessidade de expansão do setor elétrico brasileiro no longo prazo”. Cita, ainda, a atual crise energética como momento importante pra que esse tipo de geração avance.

Dificuldades

As maiores dificuldades do cidadão comum para se tornar gerador de energia são os custos de instalação do sistema e os tributos de incidem sobre a energia, em especial o ICMS. “Quem está se endividando é o consumidor.

O governo passa a ele a responsabilidade de produzir energia, e ainda o obriga a pagar caríssimo por isso”, critica o coordenador do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), João da Silva Dias.

O professor defende que o governo facilite o acesso aos equipamentos necessários para a produção doméstica de energia, por meio de linhas de financiamento e do estímulo à fabricação dos materiais em território nacional – hoje, a maior parte é comprada da China. Outro caminho é conceder isenção tributária na importação dos equipamentos.

Instalação custa R\$ 20 mil e dá retorno em 8 anos

Os custos e o tempo de retorno para a instalação de um sistema fotovoltaico de geração de energia variam conforme as características da residência e o nível de consumo do cliente.

A empresa Egnex, que instala painéis em Curitiba, estima em cerca de R\$ 20 mil os gastos necessários para a implantação de um sistema de baixa potência, capaz de gerar 260 kWh.

Caso a residência tenha um consumo mensal de cerca de 350 kWh, o tempo de retorno estimado do investimento – quando a receita gerada supera o capital aplicado – é de oito anos.

Sócio-proprietário da empresa, o engenheiro eletricista Janio Gabriel explica que, à medida que se opta por um sistema mais potente, os gastos de instalação crescem, mas o prazo para retorno fica menor. Painéis que gerem 520 kWh em uma residência que tenha consumo mensal de 700 kWh se tornam vantajosos em um horizonte de seis anos.

As estimativas não levam em conta o uso de baterias, que, segundo Gabriel, ampliam os custos em aproximadamente 40% e exigem manutenção frequente, pois os equipamentos têm vida útil média de dois anos.

A expectativa é de que os painéis tenham durabilidade de, pelo menos, 25 anos. A empresa acredita que esse mercado irá se expandir, ancorado no gradual barateamento da tecnologia e no crescimento da consciência ambiental dos consumidores.

Governo fará leilão em agosto para contratar energia solar

O governo vai promover no dia 14 de agosto o primeiro leilão de energia reserva deste ano. Será contratada apenas energia gerada a partir de fonte solar fotovoltaica. O suprimento começará em agosto de 2017, com prazo de contrato de 20 anos. As informações são da Agência Brasil.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, o leilão tem o objetivo de diversificar a matriz elétrica e propiciar uma competição isonômica e o atendimento à garantia de suprimento. O preço-teto do leilão será calculado pela EPE, aprovado pelo ministério e estabelecido quando o edital for publicado pela Aneel.

Os empreendedores interessados em participar do leilão deverão cadastrar seus projetos na EPE até o dia 14 de abril. Uma das condições é que o empreendimento seja conectado ao Sistema Interligado Nacional.

Ações são impulsionadas por alta em Wall St devido a dólar mais fraco

23/03/2015 - Fonte: Reuters

Alguns mercados acionários asiáticos começaram a semana com forte alta nesta segunda-feira depois que o dólar mais fraco ajudou a alimentar ganhos em Wall Street.

Às 8h04 (horário de Brasília), o índice MSCI que reúne ações da região Ásia-Pacífico com exceção do Japão avançava 0,47 por cento. As ações chinesas tiveram um rali por expectativas de mais medidas de apoio para o combalido setor imobiliário, com o índice de Xangai subindo quase 2 por cento.

O índice Nikkei fechou em alta de 1 por cento a 19.754 pontos, renovando uma máxima de 15 anos e se aproximando do marco de 20 mil pontos.

As ações australianas, no entanto, fecharam em queda, depois que o índice S&P/ASX 200 ficou a apenas alguns pontos de superar a marca de 6 mil pontos pela primeira vez em sete anos, levando alguns investidores a realizarem lucros.

- . Em TÓQUIO, o índice Nikkei avançou 0,99 por cento, a 19.754 pontos.
- . Em HONG KONG, o índice HANG SENG subiu 0,49 por cento, a 24.494 pontos.
- . Em XANGAI, o índice SSE ganhou 1,95 por cento, a 3.687 pontos.
- . Em SEUL, o índice KOSPI teve desvalorização de 0,03 por cento, a 2.036 pontos.
- . Em TAIWAN, o índice TAIEX registrou alta de 0,09 por cento, a 9.758 pontos.

- . Em CINGAPURA, o índice STRAITS TIMES desvalorizou-se 0,07 por cento, a 3.410 pontos.
- . Em SYDNEY o índice S&P/ASX 200 recuou 0,32 por cento, a 5.956 pontos.

ChemChina comprará fabricante de pneus italiana Pirelli em acordo de US\$7,7 bi

23/03/2015 - Fonte: Reuters

A China National Chemical Corp (ChemChina) vai comprar a Pirelli quinta maior fabricante de pneus do mundo, em um acordo de 7,1 bilhões de euros (7,7 bilhões de dólares) que colocará um dos símbolos da indústria manufatureira italiana nas mãos de chineses.

O acordo acertado com os acionistas da Pirelli no domingo é o último de uma série de aquisições na Itália por compradores chineses, que contam com a vantagem do euro fraco no momento em que emergem sinais de que a Europa está saindo de uma estagnação econômica.

Ele dará à estatal ChemChina, liderada pelo presidente do Conselho de Administração dado a aquisições Ren Jianxin, acesso à tecnologia para fabricar pneus premium, que podem ser vendidos a margens mais altas, e conferirá à firma italiana um impulso no imenso mercado chinês.

Primeiro, a unidade de fabricação de pneus da ChemChina, a China National Tire & Rubber, comprará os 26,2 por cento que a holding italiana Camfin detém na Pirelli, e depois lançará uma oferta de aquisição obrigatória pelo restante dos papéis.

A oferta será lançada a 15 euros por ação, avaliando o grupo em 7,1 bilhões de euros, excluindo dívida líquida de quase 1 bilhão de euros ao fim de 2014. A unidade da ChemChina também pretende tirar a Pirelli da bolsa.

Toyota deve aprovar nova fábrica no México em poucas semanas, dizem fontes

23/03/2015 - Fonte: Reuters

A Toyota está finalizando os planos para a sua primeira montadora de automóveis no México, que pode ser aprovada por sua diretoria já no próximo mês, de acordo com três fontes.

A fábrica produziria o popular sedan compacto Corolla e começaria a operar em 2019. Com base nos investimentos recentes de suas concorrentes, incluindo a Volkswagen, uma nova montadora representaria um investimento de mais de 1 bilhão de dólares para a Toyota.

A luz verde para a fábrica sinalizaria o fim de um congelamento de 3 anos nos planos de expansão imposto pelo presidente da montadora japonesa, Akio Toyoda, que acusou a expansão agressiva de uma década atrás de ter contribuído para lapsos de qualidade e para a crise de recalls em 2009.

No ano passado, Toyoda pediu que os funcionários que procuravam um local no México para a nova fábrica interrompessem os trabalhos e reavaliassem as justificativas para o projeto, disseram executivos envolvidos no assunto. A empresa pediu aos executivos para otimizar a produção das fábricas existentes.

A Toyota é a última fabricante de automóveis do mercado de massa sem um importante polo de produção no México, que tem atraído os fabricantes de automóveis e fornecedores

com seus baixos custos de mão-de-obra e acesso livre de tarifas para os Estados Unidos, o maior mercado da Toyota.

A empresa japonesa possui uma fábrica em Baja Califórnia, no México, que produz a picape Tacoma, mas não tem nenhuma fábrica de automóveis de passeio.

Governo do Japão melhora avaliação econômica pela 1ª vez em 8 meses

23/03/2015 - Fonte: Reuters

O governo do Japão melhorou sua avaliação sobre a economia em geral pela primeira vez em oito meses nesta segunda-feira, destacando uma tendência de recuperação moderada uma vez que a produção industrial está acelerando devido à melhora da atividade corporativa.

Em seu relatório econômico mensal, o governo também melhorou sua avaliação da produção, lucro corporativo e confiança, diante de mais sinais de recuperação econômica após uma recessão inesperada provocada pelo aumento do imposto sobre vendas em abril passado.

Mas o governo manteve sua avaliação sobre o consumo privado e os gastos de capital, dizendo que os gastos do consumidor se mantiveram firmes e os gastos empresariais ficaram amplamente estáveis, sugerindo que o ciclo econômico virtuoso está longe de garantido.

O relatório foi divulgado uma semana depois de o banco central japonês decidir pela manutenção de seu programa de estímulo e de sua visão positiva da economia, sinalizando que o país está no curso de sair da recessão sem afrouxamento monetário adicional.

"A economia continua em uma tendência de recuperação moderada uma vez que uma melhora é vista no setor corporativo", disse o Escritório do Gabinete, que compilou o relatório econômico de março.

Essa foi uma melhora em relação ao mês anterior, quando o governo disse que a economia estava em uma recuperação moderada apesar da fraqueza vista no consumo privado e em outras áreas.

IPCA-15 desacelera em março a 1,24% mas em 12 meses tem maior alta em 10 anos

23/03/2015 - Fonte: Reuters

A prévia da inflação oficial brasileira desacelerou a 1,24 por cento em março, mas em 12 meses chegou ao nível mais alto em quase 10 anos, no momento em que o governo da presidente Dilma Rousseff vem sendo alvo de fortes protestos e rejeição.

Com o resultado, após alta mensal de 1,33 por cento em fevereiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) acumulou alta de 7,90 por cento em 12 meses, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira.

Trata-se do nível mais alto desde maio de 2005 (8,19 por cento), após o indicador ter atingido 7,36 por cento em 12 meses em fevereiro, permanecendo bem acima do teto da meta do governo - de 4,5 por cento com margem de 2 pontos percentuais.

Os resultados ficaram praticamente em linha com a expectativa do mercado. Mediana das projeções em pesquisa da Reuters apontava alta de 1,21 por cento na comparação mensal e de 7,88 por cento em 12 meses.

Segundo o IBGE, os aumentos de energia elétrica, combustíveis e alimentos foram os principais responsáveis pelo resultado mensal de março, uma vez que juntos esses itens responderam por 77,42 por cento do índice.

O maior impacto individual em março foi exercido por energia elétrica: com alta de 10,91 por cento, exerceu peso de 0,35 ponto percentual no IPCA-15.

Isso levou o grupo Habitação a registrar a maior variação em março ao acelerar a alta a 2,78 por cento em março, ante 2,17 por cento no mês anterior.

Depois de o governo adotar o uso da bandeira tarifária, repassando ao consumidor os custos mais altos de geração por conta da falta de chuvas, em março entraram em vigor revisões tarifárias extraordinárias.

A inflação vem se mantendo em níveis elevados sob o peso também da gasolina, diante do aumento das alíquotas de PIS/Co fins. No IPCA-15 de março, os combustíveis subiram 6,25 por cento e tiveram impacto de 0,31 ponto, sendo 0,26 ponto somente da gasolina após avanço dos preços de 6,68 por cento.

Já o grupo Alimentação e Bebidas teve alta de 1,22 por cento neste mês, contra avanço de 0,85 por cento em fevereiro.

Os preços administrados vêm sendo os principais vilões da inflação neste ano, com os economistas na pesquisa Focos do Banco Central projetando alta de 12 por cento desse grupo neste ano.

Mas o dólar também deve pesar, tendo ultrapassado recentemente o patamar de 3 reais. No Focos, a expectativa para o PICA ao fim deste ano vem piorando a cada semana e já está perto de 8 por cento.

O próprio Banco Central, que neste mês elevou a taxa básica de juros para 12,75 por cento ao ano, não vê mais a inflação iniciando trajetória de queda em 2015 devido ao reajuste de administrados e desvalorização do câmbio.

Cade faz 1º acordo de leniência com empresas envolvidas na Lava Jato

23/03/2015 - Fonte: Reuters

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fechou o primeiro acordo de leniência com empresas envolvidas na operação Lava Jato, que apura corrupção e formação de cartel em contratos da Petrobras com empreiteiras, em benefício de executivos e políticos.

O acordo relativo a investigação de formação de cartel foi fechado com a Setal Engenharia e Construções e a Setal Óleo e Gás (SOG), além de funcionários e ex-funcionários dessas companhias.

"Por meio do acordo, os signatários confessam sua participação, fornecem informações e apresentam documentos probatórios a fim de colaborar com as investigações", disse o Cade nesta sexta-feira.

Os signatários citaram a participação de pelo menos 23 empresas no suposto cartel que atuava nos contratos com a estatal, entre elas os maiores grupos de empreiteiras do país.

O pacto, que foi assinado em conjunto com o Ministério Público Federal do Paraná, permite que os signatários sejam beneficiados com a extinção ou a redução de um a dois terços da punição no âmbito do Cade, órgão de defesa da concorrência do país.

As empresas condenadas pelo Cade por cartel estão sujeitas ao pagamento de multas de até 20 por cento de seu faturamento bruto, enquanto os administradores eventualmente responsáveis pela infração podem pagar multas de até 20 por cento daquela aplicada à empresa.

E, como o acordo conta com a participação do MPF, também dá aos signatários imunidade penal total ou parcial, disse o Cade.

A Setal Óleo e Gás, empresa do grupo nipo brasileiro Toyo Setal, estava negociando tal acordo com o Cade desde novembro de 2014.

A acordo de leniência é acompanhado de um "Histórico da Conduta", no qual a Superintendência-Geral do Cade descreve de maneira detalhada a prática anticompetitiva conforme relatada pelos signatários, além dos nomes de todas as companhias supostamente envolvidas.

(www.cade.gov.br/upload/HC%20Vers%C3%A3o_P%C3%ABblica.pdf).

INVESTIGAÇÃO

O material obtido no acordo de leniência com a Setal subsidiará as investigações do Cade, que já vem colhendo evidências e tem recebido, conforme autorização judicial, provas e materiais dos inquéritos e ações penais movidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal na Justiça Federal do Paraná.

Segundo os signatários da leniência, que dispensaram a confidencialidade do acordo, os contatos entre os integrantes do chamado cartel se iniciaram de forma preliminar no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, tornando-se mais frequentes e estáveis a partir de 2003/04. As práticas ilegais e anticompetitivas teriam minguado no final de 2011 e início de 2012.

"Diversos teriam sido os motivos que, cumulativamente, teriam dado ensejo ao fim da conduta", acrescentou o Cade no "Histórico da Conduta".

Os ex-executivos da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque, que estão entre os principais acusados de integrar o esquema de corrupção na estatal e que comandavam as diretorias de Abastecimento e Serviço, respectivamente, deixaram a estatal em abril de 2012.

A saída de Costa e Duque da estatal ocorreu poucos meses depois de Maria das Graças Foster assumir a presidência-executiva da Petrobras no início de 2012.

Graça Foster renunciou ao cargo em fevereiro de 2015, em meio ao grande escândalo que impossibilitou a estatal de divulgar seu balanço financeiro. Ela foi substituída por Aldemir Bendine.

OUTROS ACORDOS?

A companhia holandesa de plataformas SBM Offshore firmou na última terça-feira com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) memorando de entendimentos que pode levar ao primeiro acordo de leniência na Lava Jato pelos crimes de fraude e corrupção.

Procuradores da Lava Jato, no entanto, são contra a celebração de tais acordos na CGU, acreditando que podem prejudicar as investigações.

Para o MPF, acordos de leniência são interessantes apenas quando forem úteis às investigações, a partir de uma avaliação de custo-benefício.

Além disso, a celebração do acordo no Cade, em conjunto com o MPF, revela detalhes do cartel que poderiam dispensar eventuais novos pactos de leniência.

Queda do euro em relação ao dólar é novo episódio de guerra cambial

23/03/2015 - Fonte: Correio Braziliense



A desvalorização do euro em relação ao dólar ilustra mais uma vez a guerra cambial gerada pelas políticas dos bancos centrais, determinados a dinamizar suas economias atingidas pela crise através da moeda.

Com a crise financeira mundial de 2008, somada à crise da dívida na Europa entre 2010 e 2012, os bancos centrais, guardiões da divisa nacional, concentraram suas forças em garantir ao país as melhores condições monetárias.

"Estamos em um processo onde a política monetária substituiu a política orçamentária", visto que "os governos não têm mais margem de manobra no orçamento", explica Christopher Dembik, economista do Saxo Banque.

"Após a crise de 2008, os bancos centrais tiveram que intervir, já que os governos tiveram que restringir o orçamento após gastar mais do que podiam", disse Patrick Jacq, especialista da dívida no BNP Paribas.

Em uma situação de crise, a moeda fraca torna atraente o preço das exportações, impulsionando as vendas das empresas e beneficiando a economia em seu conjunto.

"Todo mundo quer incentivar o crescimento econômico e recorre aos velhos métodos, quer dizer, debilitar sua moeda para inflar as exportações e aumentar assim de forma rápida e segura o Produto Interno Bruto", resume Eric Vanraes, gerente do fundo de investimentos EI Sturdza, baseado na Suíça.

Apesar disso, segundo Jacq, "a estratégia da moeda (desvalorizada) raramente é um

objetivo oficial". O Banco Central Europeu (BCE), por exemplo, sempre afirmou que não tem um objetivo sobre a taxa de câmbio.

"Mas o banco o pensava tão alto, que todo mundo escutou", ironizou René Desfossez, especialista em dívida da Natixis, confirmando que "as mudanças são uma das principais ferramentas utilizadas para reativar a economia".

Dilema para o Fed

Como todos os bancos centrais empregam a mesma política, ajustando permanentemente seus dispositivos ou lançando mão de suas reservas cambiais para manter a divisa em limites aceitáveis, suas estratégias se veem muitas vezes confrontadas. Daí a expressão "guerra cambial".

Obviamente, as instituições mais sólidas são as que se encontram em posição de força.

"Os principais bancos centrais, quer dizer, o BCE, o Federal Reserve, o Banco Popular da China e o Banco do Japão, entraram nesse processo e gastam dinheiro com essa guerra, embora o resto (dos bancos centrais) atue com atraso e tente limitar os danos", explica Dembik.

O episódio mais claro foi o do Banco Nacional Suíço (BNS), que em janeiro renunciou à política aplicada durante os últimos três anos para impedir que o franco suíço subisse muito em relação ao euro.

Não é o único caso. "Nesse ano, 24 bancos centrais baixaram suas taxas. Em meados de março, Sérvia, Coreia do Sul, Tailândia e Rússia fizeram o mesmo", disse Greg Smith, analista da World First.

Ao anunciar no dia 9 de março um programa inédito de compra de ativos de 1,14 trilhão de euros de ativos até setembro de 2016, o BCE priorizou sua balança em detrimento do dólar.

"A alta contínua do dólar traz um dilema ao Fed, sobretudo porque prejudica a capacidade dos exportadores (americanos) de continuarem competitivos", avalia Simon Smith, analista da FxPro.

"Desde agosto, o dólar se valorizou cerca de 25% em relação às outras grandes moedas mundiais", lembra Vanraes.

No entanto, segundo ele, "a questão hoje é sobretudo a China: como o iuane se apoiou no dólar, o banco central chinês pode fazer o contrário do Banco Nacional Suíço e desvalorizar a sua moeda".

Prévia da inflação em 12 meses é a maior desde maio de 2005

23/03/2015 - Fonte: Correio Braziliense

A prévia da inflação oficial, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), subiu 1,24% em março e desacelerou 0,09 ponto percentual em relação à taxa de 1,33%, de fevereiro. No acumulado em 12 meses, o indicador subiu 7,90%, o maior valor desde maio de 2005 (8,19%).

A principal alta dos preços ocorreu nas contas de energia elétrica, nos preços dos alimentos e combustíveis, que foram responsáveis por 77,42% do IPCA do mês. A energia

elétrica teve elevação de 10,91% e liderou o ranking dos principais impactos, com 0,35pp.

Nesse caso, a capital que mais sofreu reajuste nos preços foi Curitiba, que teve uma variação no mês de 14,89% e reajuste extraordinário de 31,86%.

Brasília registrou alta de 9,95% no mês e um reajuste extraordinário 21,98%. Essa forte alta ocorreu por conta dos reajustes e da bandeira tarifaria vigente, a vermelha, que passou de R\$ 3 para R\$ 5,5 a mais a cada 100 quilowatts-hora (kWh).

Cebola e tomate pesam na conta

Entre os alimentos, o item que mais pressionou foi a cebola, com alta de 19,07%, seguido pela cenoura (18,32%). O tomate ficou em terceiro lugar 13,04%. Os combustíveis, que subiram 6,25% no mês, exerceram impacto de 0,31 ponto percentual no índice e a gasolina, cujos preços subiram 6,68%, contribuíram sozinhos 0,26pp do IPCA do mês. Recife foi a cidade que mais teve variação do produto, com alta de até 9,22%.

Entre as capitais com maior aumento do custo de vida, o destaque ficou para Curitiba, com elevação de 1,72% em março e 8,29% no acumulado em 12 meses. Brasília ficou em penúltimo lugar, das 11 cidades pesquisadas pelo IBGE, com variação no mês de 0,82% e 6,71 no acumulado em 12 meses.

Apesar de ficar em quarto lugar na variação mensal, com alta de 1,34%, a cidade de Goiânia teve a maior alta acumulada em 12 meses, de 9,33%.

Brasil adota modelo de arrecadação de impostos focado no consumo

23/03/2015 - Fonte: Correio Braziliense

O Brasil tem uma das maiores cargas tributárias do mundo e um dos sistemas mais perversos e injustos de recolher impostos. Como se não bastasse cobrar demais pelo que não entrega, exige maior contribuição justamente da parcela da população que tem a menor renda e que mais precisa dos péssimos serviços públicos oferecidos pelo governo com o dinheiro dos contribuintes.

Em outras palavras, paga mais quem ganha menos e só os ricos são beneficiados. A classe média também é penalizada porque, além de ser fortemente taxada, gasta com serviços privados de saúde, educação e segurança para não depender de escolas de baixíssima qualidade, hospitais precários e um sistema de proteção ineficaz e perigoso.

No fim do ano passado, a Receita Federal divulgou a carga tributária bruta de 2013, de 35,95% do Produto Interno Bruto (PIB). Tal nível de impostos coloca o Brasil no topo do ranking das nações da América Latina.

Na avaliação do advogado tributarista Anderson Cardoso, sócio do escritório Souto Correa, não só o Brasil lidera o ranking da América Latina como está bem distante do segundo colocado. "A média é de 21,3% dos outros países, enquanto no Brasil é quase 36% do PIB. Temos carga de primeiro mundo e serviços de terceiro", aponta.

O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) calcula que o brasileiro precisou trabalhar cinco meses em 2014 apenas para pagar impostos, o dobro do tempo que gastava na década de 1970. Seguramente, os serviços públicos não avançaram nessa proporção.

Para o presidente do IBPT, João Eloi Olenike, o problema mais grave do modelo brasileiro de tributação é a concentração dos impostos sobre consumo e produção. "Cerca de 70% da arrecadação é em cima de consumo, o que torna o sistema regressivo, ou seja, todos pagam a mesma coisa, mas a pressão sobre a renda dos pobres é maior", diz.

O especialista destaca que, quando se prioriza o imposto do consumo, às vezes as pessoas nem sabem que estão pagando tributos. É o que acontece com Wilson Teixeira dos Santos, de 46 anos, que não tem consciência de quanto compromete de sua renda em impostos.

Sem emprego fixo, faz bicos, como entregar frutas para lanchonetes no Conjunto Nacional, trabalho que garante uma renda mensal de apenas R\$ 480. "Meus gastos são com comida, aluguel, luz e água, mas não faço ideia de quanto pago de imposto", diz. Sem saber, ele paga 48,28% de tributos na conta de luz e 37,88% na de água.

Crise hídrica pode trazer mudanças no cuidado com água, dizem especialistas

23/03/2015 - Fonte: Correio Braziliense

A necessidade de rever os padrões de consumo da água é um alerta antigo, mas que ganhou um caráter real com a atual crise de abastecimento em alguns estados do país. Em 1993, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o 22 de março como o Dia Mundial da Água, já se apontavam os desafios relacionados à proteção desse bem finito e essencial à vida humana.

A Agência Brasil conversou com especialistas para discutir as falhas cometidas na gestão dos recursos hídricos que levaram à pior situação de escassez dos últimos 84 anos no Sudeste brasileiro. Eles falam também sobre alternativas para garantir a sustentabilidade dos recursos existentes.

A coordenadora da articulação Aliança pelas Águas, Marussia Whately, acredita que a crise pode ser um marco para construção de uma nova cultura de cuidado com a água. "A estiagem não é a razão da crise, mas acaba sendo o estopim dela.

A diminuição do nível das represas trouxe à tona uma série de descuidos históricos com os recursos hídricos, que resultaram na baixa resistência das áreas que produzem água para as grandes cidades, como é o caso do Cantareira", declarou.

Como exemplo dessa ausência de proteção dos mananciais, ela cita a Represa Billings. "Não pode ser usada [como alternativa para abastecimento] porque está extremamente poluída e não houve qualquer prioridade para cuidar dela", apontou.

Saiba mais

Além da falta de atenção com as represas, ela cita a inexistência de diálogo com a sociedade como um dos fatores que explicam o agravamento da crise no ano passado.

"As medidas adotadas para a gestão da crise foram decididas internamente pelo governo estadual com quase nenhuma discussão com a sociedade, por exemplo, o uso do volume morto", apontou.

O desmatamento no entorno dos mananciais que compromete a capacidade desses territórios de terem um ciclo vigoroso de produção de água também é um fator citado pela coordenadora.

Por último, ela destaca como marco para o agravamento da crise o período eleitoral em que pouca coisa foi feita para gestão da crise e medidas como a regulamentação de reúso da água e ampliação do uso de cisternas para as chuvas de verão não avançaram.

“Isso fez com que medidas impopulares, como multa e racionamento, não fossem adotadas e fez com que não houvesse o compartilhamento de informações em um espectro mais amplo”, avaliou.

O governo estadual aguarda o fim do período de chuvas, em abril, para avaliar se o racionamento será necessário na Grande São Paulo. Apesar da melhora do índice pluviométrico em fevereiro, com precipitações 61% acima da média, a situação ainda é crítica.

A Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) destaca que a retirada de água do Cantareira diminuiu em mais 50%. Além disso, o governo aponta que as obras programadas garantem o abastecimento da região metropolitana, mesmo que chova 80% a menos que os últimos dois anos.

Ainda este ano, a Sabesp espera ampliar a produção de água no Sistema Alto Tietê em 7,4 metros cúbicos por segundo (m³/s). Isso deve ocorrer com obras na Represa Billings, além de captações nos rios Itatinga e Guaió.

A companhia destacou ainda o reforço com 0,5 m³/s da adutora do Rio Guaratuba. Para o Guarapiranga, a promessa é aumentar a capacidade de tratamento de água em 1 m³/s e ampliar a captação do Alto Juquiá em 2 m³/s.

O professor de hidrologia e recursos hídricos da Universidade de Campinas (Unicamp) Antônio Carlos Zuffo lembra que o nível do Sistema Cantareira está cerca de 18% negativo.

“Hoje [primeira quinzena de março], nós estamos sem o primeiro volume morto, que são 182,5 milhões de metros cúbicos [m³], e sem os 10% que corresponderiam a 100 milhões de metros cúbicos que tínhamos em abril do ano passado e não temos mais.

A diferença dá 282 milhões de metros cúbicos a menos do que tínhamos no ano passado e já era ano de crise”, lembrou. Ele avalia que as obras anunciadas podem amenizar o problema no futuro, mas que atualmente não restam muitas soluções: é preciso economizar.

Para Zuffo, a crise não resulta de falta de planejamento. “Todas essas obras que estão sendo anunciadas e foram estudadas no passado, há mais de 30 anos. Foi a falta de colocar em prática aquilo que tinha sido planejado. Os estudos não saem da cartola de uma hora para outra”, declarou.

Ele critica o que chama de “gestão de alto risco” praticada no Cantareira, levando a uma superexploração dos recursos. “O sistema foi dimensionado em um período seco e foi operado em um período de chuvas maiores, ao longo de quatro décadas. Isso criou a falsa ilusão de que o sistema produziria mais vazão do que ele foi projetado. Agora vivemos exatamente o oposto”, analisou.

O pesquisador também avalia que a participação da sociedade na tomada de decisões sobre os recursos hídricos é fundamental para um planejamento adequado do uso da água. “Nós temos uma das políticas de recursos hídricos mais avançadas do mundo. As leis preveem um gerenciamento dos recursos hídricos por bacia hidrográfica”, apontou.

Ele avalia, no entanto, que, com a crise, as decisões foram centralizadas. “Isso vai de encontro a tudo que se diz que funciona no mundo em termos de gerenciamento de recursos hídricos”, declarou.

PSA investe R\$ 400 mi para produzir Peugeot 2008 no RJ

23/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A PSA Peugeot Citroën deu início na terça-feira (17/03) à produção em série do novo SUV compacto da marca Peugeot, o 2008, no Polo Industrial de Porto Real, no Rio de Janeiro.

O novo projeto, que é considerado um símbolo da nova estratégia internacional da PSA Peugeot Citroën, contou com equipes de França, Brasil e China envolvidas em sua concepção e exigiu investimento de R\$ 400 milhões no Brasil para o desenvolvimento e adaptação da fábrica para produzi-lo.

“O início da produção do 2008 em Porto Real resulta de um excelente trabalho de integração local, desenvolvido por nossas equipes de Pesquisa, Desenvolvimento e Design”, disse Carlos Gomes, presidente da PSA Peugeot Citroën Brasil e América Latina. No total, foram três anos de trabalho que envolveu equipe de mais de 300 pessoas baseadas no próprio Centro de Produção e no Latin America Tech Center, o Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Design da PSA Peugeot Citroën, que tem sede no Brasil.

A engenheira Maria Célia Zikan, chefe do Projeto Peugeot 2008 em Porto Real, comentou: “Foi uma imensa satisfação desenvolver no Brasil esse projeto, que simboliza a globalização dos produtos do Grupo PSA. Após esses três anos, tenho muito orgulho de representar uma equipe que trabalhou com muita motivação e rigor, aplicando as melhores práticas de projetos anteriores”.

Segundo a PSA, alguns números que confirmam as palavras da chefe do Projeto são os seguintes: 900.000 horas de trabalho das equipes do projeto; mais de 200 novas peças; cerca de 40 fornecedores envolvidos; índice de nacionalização de peças de cerca de 80%; cerca de 31 kg de materiais verdes (ex: os carpetes, que utilizam PET reciclado, EVA reciclado e resíduos de madeira certificada e o para-barro, que utiliza Polipropileno reciclado); mais de 800 mil km rodados em testes.

Para produzir o novo modelo, a fábrica brasileira recebeu várias inovações e equipamentos. Entre as principais ações, por área de produção, a montadora destaca:

Na Ferragem (Chaparia): instalação de 20 novos robôs e adequação nas trajetórias e automação de mais 29 robôs; uma linha totalmente nova para fabricação da lateral do modelo; adaptação do processo existente de produção de portas, capô, teto e tampa traseira; melhoria no processo para garantir a harmonia geométrica do novo design; adequação ergonômica para os novos postos de trabalho.

Na Pintura: novos cordões de estanqueidade para a tampa do porta-malas; adaptação do processo das trajetórias dos robôs de pintura; evolução do processo que utiliza materiais verdes (ex: tinta hidrossolúvel, sem solventes).

Na Montagem: novas operações de montagem na linha atual; adequação ergonômica para os novos postos de trabalho; adaptação dos processos de colagem dos vidros de teto (Cielo), para-brisa e tampa do porta-malas.

Em Formação: Mais de 13 mil h de formação teórica e prática; cerca de três mil horas de treinamento, entre fabricação de veículos e testes de rodagem; a produção brasileira do Peugeot 2008 atenderá ao mercado nacional e, em um futuro próximo, também será destinada à exportação.

“O Peugeot 2008 trará ao segmento dos SUV’s compactos o conceito do i-cockpit, que associa a utilização do volante multifunções de dimensões reduzidas ao painel de instrumentos em posição elevada e à central multimídia com tela de 7 polegadas sensível ao toque e integrada”, diz Fábio Alves, Chefe do Produto 2008 na América Latina.

Outra novidade do modelo é a alavanca do freio de mão do tipo manche de avião. As cores e os materiais do interior foram pensados para criar um ambiente que remeta ao universo SUV.

LiuGong investe R\$ 120 milhões em fábrica em SP

23/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



Mais uma fábrica de máquinas de construção entra em operação no Brasil. A LiuGong Machinery, uma das principais marcas de pás carregadeiras e escavadeiras da China, inaugurou fábrica em Mogi Guaçu (SP), na sexta-feira passada, 20 de março. Durante a cerimônia de inauguração a empresa anunciou que, ao longo dos próximos três anos, a nova unidade receberá um total de R\$ 120 milhões em investimentos.

A LiuGong terá capacidade, a princípio, para produzir 1.500 unidades por ano na nova instalação, instalada em terreno de 26 mil m², sendo 6 mil m² de área construída. Esta é a quarta fábrica fora da China, que já mantém unidades na Polônia, Índia e Argentina, onde fabrica empilhadeiras.

“Acreditamos que o Brasil é um País que enfrenta desafios e dificuldades passageiras, mas que tem enorme potencial de crescimento, principalmente no nosso setor”, afirmou Yu Chuafen, presidente mundial da LiuGong Machinery, durante a cerimônia.

"Este investimento é uma consequência natural da nossa evolução dos negócios e da crença de que os mercados de infraestrutura e construção civil têm um bom potencial para crescer nos próximos anos", reforçou Bruno Barsanti, vice-presidente da LiuGong América Latina. A multinacional chinesa já opera no Brasil desde 2007.

100º Projeto - A inauguração da fábrica da LiuGong foi o centésimo projeto de investimento no Estado que contou com o apoio e suporte da Investe SP, agência de promoção de investimentos do Estado de São Paulo, desde a sua criação em 2008.

Há cerca de um mês, a Investe SP anunciou que até o final deste semestre serão anunciados 23 projetos de investimentos industriais no Estado, no valor de cerca de R\$ 3,2 bilhões, com potencial para gerar mais de 8 mil empregos. 52% desses projetos serão alocados na Região Administrativa de Campinas.

Brasil terá mais uma fábrica de aerogeradores

23/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A norte-americana Polaris vai investir na instalação de uma fábrica de aerogeradores em Rio Pardo (RS). Christopher Filos, CEO da companhia, esteve recentemente em Porto Alegre para dar início às operações da empresa. Será a primeira fábrica da Polaris na América Latina.

O investimento é estimado em US\$ 3 milhões. A Polaris se especializou na produção de aerogeradores de pequeno e médio porte. A empresa desenvolveu tecnologia para obter com turbinas de pequeno porte o mesmo desempenho das turbinas maiores.

O tamanho das torres não ultrapassa 50 m, enquanto o diâmetro das hélices é de no máximo 30 m. Os aerogeradores têm capacidade entre 20 kW e 100 kW, voltados para o abastecimento de residências, fazendas, pequenas comunidades.

"Em 12 meses, a empresa tem a possibilidade de instalar 24 MW de potência, que equivale ao consumo de energia de 35 mil pessoas", afirma Sebastian Watenberg, vice-presidente da Polaris para a América Latina.

De acordo com Watenberg, a empresa pode solucionar problemas pontuais das distribuidoras de energia, em regiões nas quais o investimento necessário para aumento da demanda atendida não tem bom retorno financeiro pelos métodos tradicionais, bem como ajudar indústrias e agricultores a diminuir seus gastos com energia elétrica.

"O sistema atual, no qual a geração de energia fica limitada a poucos players está saturado e a geração distribuída pode ser facilmente acoplada à infraestrutura de transmissão existente, atenuando os problemas energéticos existentes e contribuindo para a manutenção do preço da energia para o consumidor", destaca.

Em negociação desde outubro de 2013, a fabricante de aerogeradores aguarda a liberação de licenças para dar início à obra no terreno doado pela prefeitura de Rio Pardo, às margens da rodovia BR-471. Pelo cronograma, o início da operação deve ocorrer no segundo semestre de 2016 e atender o mercado latino-americano.

Abimaq: exportação é alternativa para driblar crise

23/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

Por intermédio do programa Brazil Machinery Solutions, em parceria com a Apex-Brasil, a Abimaq pretende estimular as exportações do setor de máquinas e equipamentos.

“Frente às enormes dificuldades enfrentadas pelo setor de máquinas e equipamentos no País, que registra ano a ano queda no faturamento de suas empresas, a Abimaq concentrará esforços em 2015 para apoiar e incentivar cada vez mais as exportações, caminho visto pela entidade como alternativa vital para driblar a crise”, informa a Abimaq em comunicado de imprensa.

Para tanto, em conjunto com a Apex-Brasil, agência brasileira de promoção às exportações, a Abimaq lançou na semana passada a campanha Esforço Exportador 2015.

O objetivo é o de desenvolver uma série de ações ao longo do ano para colocar os produtos brasileiros no mercado mundial, ampliar as exportações, conquistar novos mercados e, principalmente, conscientizar os empresários sobre a necessidade de exportar.

“Segundo projeções realizadas pela Associação de Comércio Exterior do Brasil, para 2015, as exportações brasileiras poderão apresentar queda de 4,3%, em comparação ao ano passado, e as importações, queda de 9,8%. No entanto, as exportações de produtos manufaturados devem crescer 2,45% em relação a 2014”, justifica a entidade.

Momento favorável - Para José Velloso, presidente-executivo da Abimaq, o momento é propício às exportações, devido a fatores como a retomada do crescimento dos mercados dos EUA e da União Europeia e do câmbio mais favorável. Além disso, há previsão de crescimento para alguns países prioritários do Programa Brazil Machinery Solutions, como Chile, Colômbia, Peru e México (além dos EUA), o que pode levar ao aumento de exportações de máquinas e equipamentos para estes locais.

Velloso ressalta que, como a retomada do mercado interno deve demorar a acontecer, as empresas devem se preparar o quanto antes para o mercado externo. “Para as empresas que não exportam, a situação é de um ambiente de crise. Já as empresas que exportam estão em um ambiente de mercado ascendente”, afirma Velloso, reforçando que, “quando uma empresa exporta, ela está mitigando o risco de sua operação”.

Em relação aos receios dos empresários quanto às dificuldades de exportação, Velloso destaca que exportar não deve ser visto como “um bicho de sete cabeças” e reforça o suporte oferecido pela Abimaq, Apex-Brasil e o programa BMS.

Entre eles: apoio à participação em feiras internacionais, trabalho da área de Inteligência de Mercado (mapeando o país comprador com análises de concorrência) e a promoção de encontros entre empresa vendedora e compradores ou possíveis distribuidores ou representantes no exterior.

Baseado nos resultados positivos obtidos como fruto das participações das empresas brasileiras nas feiras e missões internacionais de 2014, o diretor executivo do Departamento de Mercado Externo da Abimaq e gerente do BMS, Klaus Curt Müller, acredita que 2015 será um ano de desafios para a indústria exportadora brasileira, mas também de sucessos.

“Vamos trabalhar de forma incansável para chamar todos os membros do BMS a participar das ações, para que possamos atingir nossos objetivos”, afirmou.

Usina Guarani leiloa carros, caminhões e máquinas

23/03/2015 - Fonte: Usinagem Brasil

A Usina Guarani, uma das principais empresas do setor sucroenergético brasileiro, realiza leilão online para a renovação de frota e maquinários. São 174 lotes, entre os quais se destacam carros, que estão sendo vendidos a lance inicial de R\$ 4.500; caminhões, vendidos a partir de R\$ 12.750; e máquinas pesadas, como empilhadeiras (a partir de R\$ 16.000), tratores e carregadeiras (a partir de R\$ 11.000 cada).

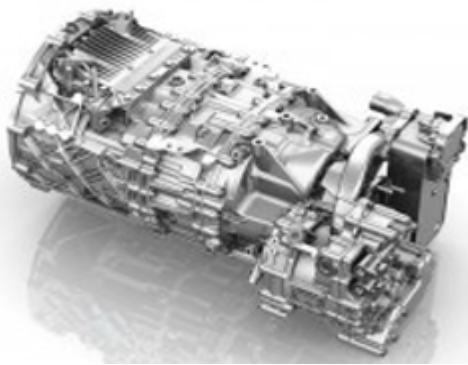
Os ativos estão localizados em plantas da empresa nas cidades de Olímpia, Guáira, Guaraci, Pitangueiras e Colina, todas no interior de São Paulo.

Os lances podem ser feitos por meio do site www.superbid.net. O encerramento se dará no dia 24 de março, a partir das 14 h na sede da Superbid (Alameda Lorena, 800, 2º - São Paulo - SP). O resultado é processado eletronicamente. Para participar, pessoas físicas ou jurídicas devem se cadastrar no site e solicitar a habilitação.

Os interessados em visitar os ativos devem entrar em contato com a Central de Atendimento da Superbid: 11 2163-7800 / cac@superbid.net.

ZF celebra 1 milhão de transmissões automáticas AS Tronic

23/03/2015 - Fonte: Automotive Business



A **ZF** comemora a produção de 1 milhão de **transmissões automáticas AS Tronic** para veículos comerciais pesados, desde que iniciou sua fabricação, há 18 anos, na unidade de Friedrichshafen, cidade localizada ao sul da Alemanha.

“Por quase duas décadas, os fabricantes de veículos comerciais em todo o mundo confiam na caixa de transmissão AS Tronic da ZF quando se trata de troca de marchas automáticas”, enfatiza Fredrik Staedtler, diretor da divisão de tecnologia de veículos comerciais da ZF, com sede em Friedrichshafen.

“É considerado um marco no desenvolvimento da unidade e tem se tornado indispensável no moderno transporte comercial.”

O primeiro câmbio automático desenvolvido pela empresa e destinado a veículos comerciais nasceu em 1997 para fornecimento a Iveco, naquela época, parceira de projeto. Atualmente, outras fabricantes de peso no mercado mundial também utilizam a tecnologia em seus caminhões, como Ford, MAN/VW e DAF, além da própria Iveco, todas

inclusive no Brasil, onde a ZF fornece as versões de 12 e 16 marchas, onde a linha AS Tronic também será produzida, na unidade de Sorocaba (SP), bem como o sistema de transmissão automático modular Traxon, que substituirá a AS Tronic gradualmente nos próximos anos.

A tecnologia, que também pode ser utilizada em ônibus, equipamentos de construção e em veículos ferroviários, mudou ao longo dos anos: as primeiras transmissões eram semiautomáticas, o motorista ainda precisava selecionar as marchas manualmente.

A versão automática veio só na segunda geração, lançada em 2000, dispensando a troca de marcha pelo condutor, tendo a seleção de velocidade controlada eletronicamente, o que reduz a pressão sobre o sistema de transmissão e por consequência, aumenta a vida útil dos componentes.

O gerenciamento eletrônico permite ainda garantir ao motor operar na faixa de rotação ideal fazendo com que a potência seja transmitida de forma mais eficiente para os eixos de tração resultando em economia de combustível.

A gama oferece transmissões que cobre as faixas de 500 a 3100 Nm, sendo a linha leve (500 a 1100 Nm) e média (800 a 1600 Nm) utilizadas principalmente em pequenas frotas de companhias elétricas, ônibus e caminhões médios, enquanto os câmbios de faixas maiores equipam caminhões pesados e veículos do setor de construção.

A linha inteira AS Tronic também pode ser combinada com intarder, freio de transmissão da ZF, que aumenta a potência de frenagem do motor e também reduz a carga de trabalho do freio de serviço em até 90%.

GM abre novo PDV em São Caetano do Sul

23/03/2015 - Fonte: Automotive Business



A **General Motors** abriu na sexta-feira, 20, o segundo Programa de Demissões Voluntárias (**PDV**) em São Caetano do Sul em pouco mais de um mês. Segundo o sindicato dos metalúrgicos, o prazo para inscrições dos empregados horistas vai até o dia 24.

Em nota, montadora justifica a ação como necessidade de "adequar a produção à atual demanda do mercado".

A GM não informou ao sindicato se há um número esperado de inscritos nem divulgou oficialmente os termos da adesão, como benefícios e condições para participação. De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul,

Francisco Nunes, o valor a ser pago aos voluntários pode chegar a até sete salários nominais, dependendo do tempo de empresa.

Como exemplo, o funcionário com salário de R\$ 3 mil poderá receber até R\$ 21 mil. Ainda de acordo com a entidade que reúne os trabalhadores, não será repetido o pacote do PDV de fevereiro, quando foi oferecido, além dos salários adicionais, um Chevrolet Prisma para pessoas com restrição médica por doença de trabalho e com estabilidade de emprego. O programa anterior teve 40 adesões.

“Pelas condições menos atrativas, o número de inscrições deve ser ainda menor”, diz Nunes. O sindicato recorda que, além dos PDVs abertos, a GM de São Caetano do Sul tem cerca de 950 empregados afastados até abril por layoff, suspensão temporária do contrato de trabalho.

Volkswagen atinge 22 milhões de veículos produzidos no Brasil

23/03/2015 - Fonte: Automotive Busines



Prestes a completar 62 anos de Brasil, na próxima segunda-feira, 23 de março, a **Volkswagen** alcança a marca de 22 milhões de **veículos produzidos** em toda a sua história no País.

Na tarde da sexta-feira, 20, a empresa registrou o carro de número 22 milhões: um exemplar do Novo Fox, montado na fábrica de São José dos Pinhais (PR), que junto com as outras três unidades – São Bernardo do Campo, São Carlos e Taubaté, todas em São Paulo – são responsáveis pelo volume histórico.

Dos 22 milhões de veículos montados em unidades locais, 3,3 milhões de unidades foram exportadas para outros mercados, 147 no total.

O Brasil abrigou a primeira fábrica da Volkswagen fora da Alemanha: por aqui desde 1953, a montadora oferece atualmente 20 modelos em seu portfólio, que conta com uma rede de 600 concessionárias espalhadas pelo País.

“Essa marca traduz a nossa seriedade e compromisso com o País, nosso respeito com nossos clientes e reforça ainda a solidez da Volkswagen no Brasil.

É um marco histórico que evidencia a importância do mercado brasileiro, onde vamos investir R\$ 10 bilhões até 2018 em novos produtos e tecnologias, com o foco em uma produção ainda mais sustentável nas nossas fábricas.

Ao completar esses 62 anos com um marco de 22 milhões de veículos produzidos, tenho certeza de que a Volkswagen está preparada para os próximos 22 milhões”, declara o presidente da Volkswagen do Brasil, David Powels.

Com este investimento, a empresa iniciou a fase de globalização tecnológica, que prevê sinergias entre Brasil e Alemanha por meio da utilização de plataformas globais e novos motores do Grupo Volkswagen, plano que resultou no lançamento de um produto global em cada uma das fábricas brasileiras da marca: o novo motor EA211, mais conhecido como 1.0 de três cilindros, além da versão 1.6 MSI de quatro cilindros, montados na unidade de São Carlos; o subcompacto Up! produzido em Taubaté; o novo Golf, que entrará em produção ainda este ano em São José dos Pinhais e o novo Jetta, que sairá da fábrica de São Bernardo do Campo também em 2015.

Atualmente, a Volkswagen contabiliza 23 milhões de motores produzidos no Brasil e 20 mil trabalhadores em suas quatro fábricas.

Juro maior encurta prazo de contribuição até aposentadoria

23/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O aumento dos juros pode adiantar a aposentadoria de quem tem previdência privada. As taxas reais (descontada a inflação) estão em 5,05% ao ano, o que faz renderem mais os aportes até o resgate, diferentemente do que ocorria há menos de três anos, quando os juros reais desceram a menos de 1%.

Em outubro de 2012, a Selic (taxa básica) caiu a 7,25%, patamar mantido até abril de 2013, quando a inflação pelo IPCA foi a 6,59% –acima do teto da meta. Descontada a inflação, o juro real desceu à mínima histórica de 0,62%.

Àquela época, os gestores dos fundos de previdência ficaram em uma "saia justa" para explicar aos clientes a situação: aumentar o valor das contribuições e/ou trabalhar alguns anos a mais.

Insustentável, esse cenário teve vida curta. A inflação estourou a meta e o Banco Central voltou a subir o juro.

Agora, as taxas elevadas permitem ao cliente reduzir o tempo de contribuição em alguns anos ou mesmo diminuir o valor dos aportes.

Uma pessoa na casa de 40 anos, por exemplo, que já tenha acumulado R\$ 200 mil, poderá se aposentar daqui a 18 anos e 7 meses, com uma renda de R\$ 5.000 (além do benefício do INSS), por 20 anos, contribuindo com R\$ 500 mensais se os juros reais ficarem em 5,5% (taxa prevista para abril).

Em agosto de 2013, com juros reais de 3%, essa mesma pessoa precisaria trabalhar 7 anos e 5 meses a mais e dobrar a contribuição para R\$ 1.000 para manter o mesmo plano. A simulação, feita pelo economista Samy Dana, da FGV, despreza os custos envolvidos (taxas de carregamento, resgate e administração), além dos impostos.

Diante da incerteza sobre o futuro dos juros e da inflação, a recomendação dos analistas é se preparar para cenários variados. O melhor é começar a contribuir cedo, obter o maior retorno (com menor risco) possível e gerenciar custos e impostos.

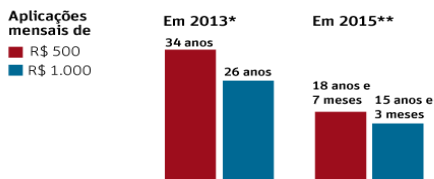
"Tem que conviver com a volatilidade dos juros", disse Osvaldo Nascimento, presidente da Fenaprevi (federação da previdência privada).

RENTABILIDADE EM ALTA

Aumento dos juros encurta tempo de contribuição para previdência privada

Quanto devo contribuir para ter uma renda mensal de R\$ 5.000 por 20 anos

Exemplo: contribuinte de 40 anos com patrimônio de R\$ 200 mil



CONFIRA DICAS DE COMO SE PLANEJAR PARA PARAR DE TRABALHAR



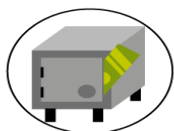
Avaliar orçamento

Para saber de quanto vai precisar para se manter quando parar de trabalhar, é necessário definir seus gastos atuais e projetar os gastos que terá ao se aposentar



Tempo de ativa restante

Avaliar quanto tempo ainda pretende trabalhar ajuda a calcular a quantia que tem de reservar por mês para complementar a renda



Começar a guardar

Se começou a pensar agora em aposentadoria e tem dinheiro disponível, reserve. Mesmo que queira avaliar opções, comece pela poupança, para acostumar-se a guardar



Previdência privada

Se optar por plano de previdência privada, é importante analisar o regime de tributação, pois pode fazer diferença grande no prazo mais longo

* Situação de agosto de 2013, quando a taxa real estava em 2% ao ano

** Em abril de 2015, com juro real previsto em 5,5%

Fontes: Samy Dane/FGV (simulação) e consultores

Renda de aposentadoria por doenças graves é isenta de Imposto de Renda

23/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os rendimentos de aposentadoria e reforma recebidos por portadores de diversas moléstias profissionais são isentos do IR. A isenção inclui complemento recebido de entidade privada.

Todo o valor recebido é isento. Também são isentos os rendimentos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os recebidos por portadores de moléstia profissional.

O valor recebido é informado na linha 07 da ficha Rendimentos isentos e não tributáveis. É preciso indicar nome e CPF do beneficiário, nome e CPF/CNPJ da fonte pagadora e o 13º salário.

Se o contribuinte tiver outras fontes de renda (salário, aluguel etc.), elas deverão ser tributadas. Para isso, devem ser informadas nas fichas referentes a rendimentos recebidos de PJ ou recebidos de pessoas físicas e do exterior, conforme o caso.

As doenças que dão isenção são Aids, alienação mental, cardiopatia grave, cegueira, contaminação por radiação, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), doença de Parkinson, esclerose múltipla, espondiloartrose anquilosante, fibrose cística (mucoviscidose), hanseníase, hepatopatia grave, nefropatia grave, neoplasia maligna, tuberculose ativa e paralisia irreversível e incapacitante.

Com juros altos, qual título público é mais vantajoso? Confira resposta

23/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Observamos nos últimos meses a alta das taxas de juros na economia brasileira. Isso significa encarecimento dos recursos financeiros para o setor produtivo. Indústrias passam a ter custo de captação maior, consumidores passam a pagar mais juros, de tal forma que, muitas vezes, o país reduz o ritmo de crescimento da economia.

Avaliemos agora como isso afeta os investimentos. A primeira percepção que temos é que investimentos atrelados à inflação têm rentabilidade boa em períodos inflacionários.

Muito pelo contrário, o que observamos nos últimos anos é que, nos períodos de inflação elevada, ativos indexados ao IPCA tiveram perda. A alta da taxa de juros faz esses ativos valerem menos do que antes.

Os ativos que mais se beneficiaram historicamente da alta da taxa de juros foram as aplicações pós-fixadas, como as indexadas à Selic e ao CDI. Você poderá encontrá-los em bancos e no Tesouro Direto.

Os bancos ofertam aplicações como CDBs, LCAs, LCIs, fundos de investimentos DI, entre outros. No Tesouro, o título que mais se beneficia são as LFT (Letras Financeiras do Tesouro).

Os títulos com vencimento após dois anos permitem ter Imposto de Renda na menor alíquota, de 15% se for mantido pelo período.

Conselho de Administração da Petrobras tem interesse comum a Vale

23/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente-executivo da Vale, Murilo Ferreira, é o nome mais desejado hoje pelo Palácio do Planalto para assumir a presidência do Conselho de Administração da Petrobras. A ida de Ferreira para a Petrobras, contudo, em lugar de "profissionalizar" a estatal, como pretende o governo, pode causar mais problemas: conflito de interesses entre as companhias.

Vale e Petrobras têm projetos em comum em andamento, como uma parceria para explorar potássio e a operação de um terminal portuário, ambos em Sergipe.

De acordo com o capítulo "Dever de Lealdade" da Lei das Sociedades Anônimas, o gestor de uma empresa tem por obrigação proteger os direitos da companhia e "aproveitar oportunidades de negócios", entre outros deveres.

Assim, em eventuais disputas com a Petrobras, Ferreira teria de brigar pela Vale, sob o risco de ser processado na Justiça por acionistas minoritários.

Para a advogada Norma Parente, ex-diretora da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e uma das responsáveis pela reformulação da Lei das S.A., há uma previsão legal de não indicar pessoas para o conselho quando há conflito de interesses.

Existe, porém, uma brecha: a assembleia geral de acionistas pode dispensar essa restrição caso julgue que o nome contribuirá para a gestão, segundo ela.

De todo modo, diz, em algumas matérias que envolvam as duas empresas ou afetem os interesses de ambas, Ferreira teria de se abster de votar –o que é mais grave no caso de um presidente de conselho. Se assumir o posto, o executivo terá ainda de assinar uma declaração informando estar ciente das limitações eventualmente impostas por conflitos.

Procurado pela Folha, Ferreira disse, por meio da assessoria da Vale, que não falaria sobre o assunto. Murilo ainda não deu uma resposta oficial para o governo.

No início do mês passado, quando a então presidente da Petrobras, Graça Foster, e outros cinco diretores da companhia renunciaram a seus cargos, o nome de Murilo Ferreira foi alçado como favorito do Palácio do Planalto para assumir a estatal de petróleo, que enfrenta a pior crise de sua história.

Ferreira foi convidado, mas recusou, alegando que a Vale também passa por um período crítico, devido à queda do preço do minério de ferro no mercado internacional.

CASA EM ORDEM

O ex-presidente Lula defendia que o substituto de Graça Foster fosse um nome respeitado na iniciativa privada e que contribuísse para pôr as contas em ordem e restaurar a credibilidade da empresa.

Vários nomes foram cogitados, como Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central, e Paulo Leme, do Goldman Sachs. A saída foi buscar uma solução interna, o então presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine.

Bendine estava enfraquecido após reportagens da Folha revelarem uma autuação da Receita Federal por não comprovar a origem de parte do seu patrimônio e por ter sido acusado por um ex-motorista do banco de transportar e fazer pagamentos com altas somas em dinheiro vivo.

O BB também concedeu empréstimo milionário, a juros subsidiados pelo governo, para a socialite Val Marchiori, amiga de Bendine.

Sua nomeação foi malvista pelo mercado financeiro, com as ações da petrolífera tendo registrado forte queda no dia de sua indicação. Assim, o governo continuou a precisar de um nome respeitado no mercado, para "profissionalizar" a companhia.

Como Ferreira não aceitara a presidência da empresa, o governo voltou a sondá-lo, dessa vez para assumir a presidência do Conselho.

O cargo continua a ser ocupado pelo ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, mas interinamente.

PROJETOS EM COMUM

Parcerias entre a Vale e a Petrobras

1 - mina de potássio

Em 2012 as duas empresas renovaram concessão da mina de potássio que fica em Sergipe. As reservas são da petroleira, mas a operação está com a Vale desde 1992. É a única mina de potássio (insumo para fertilizantes) do país.

2 - terminal marítimo Inácio Barbosa

Por 12 anos a Vale operou diretamente o terminal localizado em Sergipe e que pertence à Petrobras. Em 2014, a operação foi transferida à VLI (empresa de logística que tem a Vale como principal acionista). A concessão é por 25 anos.

3 - fábrica de fertilizantes

Em 2013, a Vale concluiu a venda de uma unidade de processamento de fertilizantes no Paraná para a Petrobras. O valor do negócio foi de US\$ 234 milhões, pago com os royalties a serem recebidos pela concessão da mina em Sergipe.

O QUE DIZ A LEI DAS S.A.

Capítulo "Dever de lealdade"

Conflito de interesses

Art. 156. É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores (...)

BRF VIVEU CASO SEMELHANTE COM ABILIO DINIZ NO PÃO DE AÇÚCAR

Um caso semelhante, mas de natureza diversa, ocorreu em 2013 na BRF, formada pela incorporação da Sadia pela Perdigão.

Em abril daquele ano, houve uma assembleia de acionistas para eleger o empresário Abilio Diniz para a presidência do conselho de administração da empresa. Ele ocupava a mesma função no grupo Pão de Açúcar.

Abilio foi eleito, mas não por unanimidade, o que nunca havia ocorrido desde que a BRF fora criada, quatro anos antes.

Um grupo de acionistas minoritários, representado na ocasião pelo advogado Rafael Rocha, votou contra a indicação de Abilio por prever conflito de interesses.

Na época, Rocha disse que não seria possível votar num presidente de conselho que teria de se abster de votar em questões importantes para a companhia.

O empresário vendeu o Pão de Açúcar ao grupo francês Casino em 2005, mas só passou o comando em julho de 2012 e saiu do conselho de administração em 2013, pouco depois de assumir a função na BRF.

A permanência de Abilio nos conselhos do Pão de Açúcar e da BRF nesse período também foi questionada pelo Casino, que alegou conflito de interesse e potencial fonte de disputa com concorrentes e fornecedores.

Crise no Brasil vai piorar antes de melhorar, diz editorial do 'Financial Times'

23/03/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Em editorial publicado neste domingo (22), o jornal inglês "Financial Times" falou sobre a crise econômica e política do Brasil e questionou o poder das instituições nacionais em lidar com o momento.

O texto alerta para a recessão econômica prevista para este ano e afirma que a "crise do Brasil é ruim e vai piorar antes de melhorar. Mas ainda assim poderia ser pior". O jornal

enumera problemas da gestão de Dilma na economia, cita o escândalo da Petrobras, os protestos contra o governo e a desvalorização do real em relação ao dólar para mostrar a situação do país. "A maior parte da culpa é do próprio Brasil", diz o editorial.

Citando países como Chile, Colômbia e Peru, o "Financial Times" diz que outras economias que também aproveitaram o "boom das commodities" continuam crescendo e não sofrem com a mesma ressaca brasileira.

"Não está tudo ruim para o Brasil, porém. O país ainda está muito longe de voltar à superinflação e suas instituições estão bem, especialmente o judiciário", afirma o editorial, que lembra do Mensalão e da Lava Jato ao citar políticos e empresários de peso que foram presos, "algo impensável alguns anos atrás".

O jornal conclui brincando com o clichê do "país do futuro" dizendo que, apesar dos problemas, o Brasil ainda tem um futuro pela frente.

NEW YORK TIMES

Neste fim de semana, o jornal "The New York Times" também [publicou um editorial](#) sobre a situação política e econômica do Brasil. No texto o jornal americano diz que "sob Dilma, a voz do Brasil virou um sussurro".

Helicóptero fabricado em compósitos é aposta bilionária da Airbus

23/03/2015 - Fonte: CIMM



O Airbus H160 é o primeiro helicóptero civil a ser fabricado inteiramente em materiais compósitos. É um peso-leve que promete velocidades de cruzeiro em torno dos 300km/h e passeios silenciosos e confortáveis, assim que decolar, ao final desse ano.

O H160 é a primeira aeronave fabricada pela Airbus Helicopters após ser rebatizada como Eurocopter, em 2014. O novo helicóptero de porte médio se posiciona entre o H145 (anteriormente chamado de EC145) e o H175 (anteriormente EC175), idealizado para oferecer desempenho, segurança e conforto a um preço competitivo.

A aeronave contará com as pás "Blue Edge" da companhia, caracterizadas pelas extremidades em forma de taco de hóquei, que reduzem o ruído gerado pela interação entre elas e os vórtices. Para um leigo, esse ruído é um som pulsante, resultante do momento em que a ponta de uma pá de hélice se choca com o vórtice de ar gerado pela pá precedente.

Este formato alternativo da pá pode reduzir o ruído em até cinco dB, tornando-a uma solução chave para adequar a aeronave às regulamentações de redução de ruído e para o uso de rotas de vôo restritas, criadas exclusivamente também para abatimento de ruído.

A aeronave terá entre 5 e 6 toneladas e será capaz de carregar 12 passageiros para um destino distante em até 120 milhas náuticas, entregar a carga e retornar. Ela oferecerá um passeio suave em velocidades de cruzeiro em torno de 300km/h e será capaz de planar sem sofrer de efeito-solo em altitudes de até 5.000 pés.

O H160 foi projetado para competir diretamente com o AgustaWestland AW139, sendo tratado por Guillaume Faury, CEO da Airbus, como "o matador de AW139". A Airbus investiu mais de U\$1 bilhão no desenvolvimento do H160, com chassi de material compósito, que ajuda a derrubar o peso para uma tonelada abaixo do concorrente, reduzindo o consumo de combustível e os custos operacionais.

A Airbus Helicopters também anunciou recentemente que descartou a sua escolha usual pelos motores turbo-eixo da Pratt & Whitney por precisar de mais potência para garantir vantagem competitiva sobre o AW139. O H160 será movido por dois Turbomeca Arrano 1A (TM800), gerando mais de 1300hp no eixo.

O cockpit consta com instrumentação Helionix, baseada em telas multifuncionais de 6x8 polegadas. O Helionix também fará parte das famílias EC145 T2 e EC175 de helicópteros, tratando do cockpit compartilhado como uma vantagem para pilotos que voam em múltiplas aeronaves.

Visualmente, destaca-se o fenestron inclinado em 12 graus. Muitas aeronaves adotam rotores de calda inclinados em prol de empuxo adicional, permitindo carregamento mais flexível e melhorando o conforto dos passageiros. Com o fenestron totalmente fechado, o rotor de calda funciona como uma hélice dutada, reduzindo ainda mais o ruído, enquanto aumenta a segurança e elimina efeitos aerodinâmicos indesejados.

O H160 também dispõe de trem de pouso com acionamento elétrico, eliminando complicações e o peso do sistema hidráulico, enquanto a estrutura incorpora um estabilizador biplano à cauda, adicionando empuxo, estabilizando a aeronave quando tanto em planeio quanto em cruzeiro.

Librelato quer construir nova fábrica ainda em 2015

23/03/2015 - Fonte: CIMM

A prefeitura de Linhares (ES) publicou decreto que autoriza a concessão de incentivo fiscal para a construção da nova fábrica da Librelato na cidade, para a qual investirá inicialmente R\$ 40 milhões para a produção de furgões de alumínio e semirreboques dos tipos furgão lonado, graneleiro e porta contêiner.

A liberação acontece pouco mais de um ano após a fabricante de implementos rodoviários anunciar o investimento, em dezembro de 2013 e quando havia previsto iniciar as obras em julho do ano passado.

"2015 será um ano muito importante para a Librelato, pois iniciaremos a construção da fábrica em Linhares e também vamos lançar nosso centro de montagem e distribuição de produtos em São Paulo com a linha leve", diz o CEO da Librelato, José Carlos Sprícigo.

O prefeito de Linhares, Jair Correa, visitou a matriz, localizada em Orleans (SC) e aproveitou a ocasião para entregar o decreto municipal nº 249, de 24 de fevereiro de

2015, que prevê os incentivos pelo prazo de cinco anos. A empresa não especificou quais são os incentivos concedidos pela prefeitura.

A nova unidade estará localizada em um terreno de 562,9 mil metros quadrados, já adquirido pela Librelato, cuja área construída é prevista em 11 mil metros quadrados. A empresa prevê montar cerca de 200 unidades por mês com a geração inicial de 300 postos diretos de trabalho e 200 indiretos.

“Finalizamos os projetos de implantação e controles, estamos em contato com os órgãos municipais e estaduais responsáveis pelos licenciamentos cabíveis da obra atendendo as legislações necessárias para a instalação da planta”, diz o coordenador de gestão ambiental, Thiago Borghezan.

Esta será a primeira fábrica da Librelato fora de Santa Catarina, onde mantém suas três unidades, em Orleans (sede), Criciúma e Içara, esta última recentemente nova, que recebeu toda a estrutura da unidade de Capivari de Baixo, que foi desativada.

Governo envia ao Congresso projeto que reduz desoneração fiscal

23/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

O governo federal enviou nesta sexta-feira (20) ao Congresso Nacional um projeto de lei com o mesmo teor da medida provisória (MP) devolvida ao Executivo no início do mês. A proposta eleva as alíquotas da contribuição previdenciária de empresas e reduz a desoneração da folha de pagamentos.

A mensagem de envio do projeto de lei ao Legislativo foi publicada no Diário Oficial da União, mas ainda não foi protocolada na Câmara dos Deputados.

No dia 3 de março, o presidente do Congresso, Renan Calheiros, devolveu à presidente Dilma Rousseff a MP 669/2015, alegando que o governo não poderia aumentar a carga tributária usando uma medida provisória.

Como o projeto de lei ainda não foi protocolado, não se sabe se o governo solicitou ou não pedido de urgência na tramitação da matéria.

Quando Renan devolveu a MP, a Secretaria de Imprensa da Presidência divulgou uma nota informando que a presidenta havia assinado um projeto de lei com urgência constitucional, retomando os termos da medida provisória.

Retorno de encargos sobre a folha de pagamento será por lei

23/03/2015 - Fonte: Portal Contábil

O governo decidiu deixar para o Congresso as negociações sobre a proposta que reduz a desoneração da folha de pagamento e encaminhou nesta sexta projeto de lei repetindo o texto da medida provisória encaminhada anteriormente ao Legislativo sobre o tema.

A única mudança é em relação aos prazos de entrada em vigor da medida, que precisa obedecer o prazo de 90 dias a partir de sua aprovação por se tratar de mudança de contribuição.

O texto foi encaminhado com pedido de tramitação em regime de urgência. No caso de medida provisória, o prazo começava a contar imediatamente, já que ela tem força de lei. Agora, somente depois de o Congresso Nacional aprovar e a presidente sancionar.

Pela proposta, o governo sobe a alíquota de contribuição previdenciária dos 56 setores que haviam sido beneficiados pela medida: de 1% para 2,5% e de 2% para 4,5%. O governo já admitiu que, para aprovar a medida, terá de alterar a proposta original.

Inicialmente, o governo avaliou a possibilidade de enviar um texto já com mudanças. Prevaleceu, porém, a estratégia de mandar o novo texto copiando a antiga MP, devolvida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deixando as negociações para a fase de tramitação.

O temor do Palácio do Planalto era que, se mandasse um texto já suavizando o aumento das alíquotas, poderia ser obrigado a ceder ainda mais na fase de votação da proposta.

Isto poderia prejudicar o ajuste fiscal, porque a equipe econômica já avisou que o espaço de concessões é pequeno e pode ficar ainda menor se a votação da proposta demorar. O impasse entre governo e Congresso para aprovação de medidas de ajuste fiscal tem provocado desconfiança de investidores e instabilidade no mercado financeiro, contribuindo para a disparada recente do dólar.

Na última quinta-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, afirmou que o governo foi "longe demais" com as desonerações tributárias concedidas a segmentos da economia, embora ele julgue que o "esforço" foi "muito eficiente".

No mês passado, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou durante entrevista que a "brincadeira" das desonerações se mostrou "extremamente cara" e não deu os resultados que se imaginava. As declarações de Levy deixaram a presidente Dilma Rousseff irritada e gerou desconforto na base aliada.

Abrangência

Atingidos:

Entre os 56 setores que gozam do benefício estão empresas jornalísticas, comércio varejista, têxtil, aves e suínos, móveis, brinquedos, medicamentos e fabricação de aviões.

Entenda

O peso dos encargos trabalhistas:

Nessa polêmica acerca dos encargos trabalhistas, existem duas interpretações principais.

A partir de um conceito restrito de salário, chega-se à conclusão de que os encargos sociais no Brasil são elevados e atingiriam mais de 100% da folha de pagamentos. Segundo essa visão, defendida enfaticamente pelo professor José Pastore, "o Brasil é um país de encargos altos e salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa".

De acordo com essa interpretação, um trabalhador contratado por R\$ 1.000,00 custaria R\$ 2.020,00 para a empresa, por conta dos encargos sociais. A segunda interpretação, adotada pelo Dieese, conclui que o peso dos encargos sociais é de 25,1% sobre a remuneração total do trabalhador.

Produção mundial de aço sobe 0,6% em fevereiro

23/03/2015 - Fonte: INDA

A produção mundial de aço bruto totalizou 127,626 milhões de toneladas em fevereiro, com alta de 0,6% frente as 126,88 milhões de toneladas produzidas um ano antes, influenciada pelo aumento nos volumes da China.

Os dados levam em conta os 65 países que informam seus dados à Worldsteel, entidade que reúne as 170 principais fabricantes do insumo no mundo. Na comparação com janeiro, porém, houve queda de 3,8% na produção, segundo a Worldsteel.

Com esse desempenho, no acumulado do primeiro bimestre, a produção mundial de aço bruto ficou em 261,407 milhões de toneladas, com queda de 1,3% ante as 264,87 milhões de toneladas produzidas em igual intervalo de 2014.

Na China, que é a maior produtora mundial de aço, a produção em fevereiro foi estimada em 65 milhões de toneladas, 3,4% acima do volume alcançado um ano antes, porém abaixo das 65,5 milhões de toneladas estimadas para janeiro. Conforme a Worldsteel, a produção total de aço no país asiático, no primeiro bimestre, foi confirmada em 130,5 milhões de toneladas.

O Japão, por sua vez, produziu 8,4 milhões de toneladas do insumo, com recuo de 0,2% na comparação anual, enquanto a produção na Coreia do Sul caiu 4,4%, para 5,1 milhões de toneladas.

Na União Europeia, aponta a Worldsteel, a Alemanha produziu 3,5 milhões de toneladas, com queda de 1,6% frente a fevereiro de 2014, e a Itália reduziu em 9,7% o volume de aço produzido no mês, para 2 milhões de toneladas. Na França, a produção do insumo caiu 1,6%, para 1,3 milhão de toneladas.

Segundo a Worldsteel, a produção de aço na Turquia caiu 12,2% em fevereiro, para 2,4 milhões de toneladas, e avançou 5,6% na Rússia, para 5,7 milhões de toneladas. Já os Estados Unidos alcançaram 6,3 milhões de toneladas produzidas de aço bruto, com retração de 7,9% na comparação com fevereiro de 2014.

No Brasil, cujos dados já foram divulgados pelo Instituto Aço Brasil (IABr), a produção totalizou 2,7 milhões de toneladas em fevereiro, alta de 2,3%.

De acordo com a Worldsteel, a taxa de utilização da capacidade instalada das siderúrgicas dos 65 países no mês passado ficou em 73,4%, o que representou queda de 1,7 ponto percentual frente a fevereiro de 2014, porém com alta de 3,8 pontos percentuais na comparação com janeiro.

Empresa em que Nippon é acionista apoiou Parisotto na Usiminas

23/03/2015 - Fonte: INDA

Uma empresa japonesa ligada à Nippon Steel foi uma das acionistas da Usiminas que aderiu ao pedido feito pelo investidor Lírio Parisotto de convocar uma Assembleia Geral Extraordinária.

A intenção por trás da chamada AGE é conseguir eleger um conselheiro para o conselho de administração da siderúrgica. Entre os nomes cotados está o do próprio Parisotto e o

do presidente da Associação de Investidores de Mercado de Capitais (Amec), Mauro Cunha.

A Nippon Steel, que é controladora da Usiminas ao lado da Ternium, tem uma participação de 3% na japonesa Sankyu, que, por sua vez, detém 1,8% das ações ordinárias da Usiminas, segundo apurou o Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado.

Além da Sankyu, também se uniram à L.Par, fundo que reúne recursos de Lírio Parisotto, a massa falida do Banco Econômico e Tempo Capital e outras pessoas físicas, com uma participação residual. A Tempo possui uma fatia de 0,88% das ações preferenciais da Usiminas.

Conforme a Lei das S/As, os acionistas minoritários que detenham pelo menos 5% do capital social, separadamente ou em conjunto com outros acionistas, têm o direito de solicitar a convocação de assembleia para discutir assuntos que julgarem de interesse da sociedade.

A Nippon confirmou ao Broadcast sua posição acionária na Sankyu, mas disse que não participa do controle da empresa ou tem "ingerência em suas atividades" e que só tomou conhecimento de que ela estava na lista dos acionistas que pediram a convocação da AGE após a entrega documentação pela Geração Futuro.

No histórico da empresa que consta no site brasileiro da Sankyu, a japonesa iniciou suas operações no Brasil na década de 1970, quando foi contratada para a construção do Alto Forno 3 da Usiminas em Ipatinga.

O fundo L. Par, que é gerido pela Geração Futuro, conseguiu agrupar minoritários da siderúrgica para fazer o pleito para a chamada da AGE, o que ocorreu há pouco mais de uma semana. Além da participação de 0,95% no capital votante, o fundo possui 5% das ações preferenciais (sem direito a voto) da companhia. Procurados, Geração Futuro e Parisotto não se manifestaram.

Na AGE, que foi marcada para o dia 06 de abril, serão ainda reeleitos os atuais conselheiros da Usiminas que foram eleitos por voto múltiplo, que são aqueles indicados pelos signatários do bloco de controle.

Tanto Ternium, quanto Nippon apresentaram em proposta publicada ontem os nomes dos mesmos conselheiros da Usiminas, inclusive a de Paulo Penido, presidente do conselho. Penido, no entanto, não seguirá como presidente.

Sua permanência dependeria de um consenso entre os controladores, o que não existe desde a destituição de três executivos da Usiminas em setembro. Isso tornou pública a briga entre os sócios da siderúrgica.

Decisões da Justiça e Cade no radar da Usiminas

23/03/2015 - Fonte: INDA

Com data definida para escolha do novo presidente do conselho de administração da Usiminas, em assembleia geral extraordinária, em 6 de abril, os acionistas controladores da siderúrgica mineira têm na mira duas decisões importantes.

A definição da Justiça sobre a recondução de executivos destituídos em setembro e a posição do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre o pedido da

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de poder participar com os minoritários na escolha de mais um conselheiro para o colegiado.

Para a Ternium - Techint, segundo apurou o Valor com uma fonte próxima dos acontecimentos, o voto favorável de um ou dos dois desembargadores que julgam o caso na segunda instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais significará uma grande vitória.

Em 24 de fevereiro, o relator do agravo de instrumento já deu seu parecer favorável ao grupo italiano. Será o reconhecimento de que não houve ilegalidade na gestão dos três executivos - o presidente Julián Eguren e dois vice-presidentes executivos, Paolo Bassetti e Marcelo Chara.

A dúvida é se vão reassumir os cargos, mais de seis meses depois, e permanecer neles. A sócia Nippon Steel & Sumitomo, que não considera tê-los como gestores da Usiminas novamente, poderá recorrer a instâncias superiores da Justiça, chegando a Brasília. A própria Ternium deverá considerar se vale impôr seus executivos, buscando um outro caminho.

Uma outra fonte avalia que o resultado favorável à Ternium poderia forçar um entendimento entre os dois grupos, que brigam há mais de um ano, buscando "o bem da companhia". Veem que uma consequência do conflito é a quase certa eleição de novo presidente do conselho pelos acionistas minoritários da companhia.

Lirio Parisotto, do fundo L. Par, é o candidato que desponta ao cargo, no lugar de Paulo Penido Marques, eleito por consenso entre Nippon e Ternium há três anos. Parisotto conta com apoio de outros minoritários e busca a adesão das ações da CSN - quase 12% de papéis ON - para eleger um terceiro conselheiro fora do bloco controlador, conta com oito integrantes (três da Nippon, três da Ternium e dois da Previdência Usiminas).

O Cade deverá avaliar o pedido da CSN, que está bloqueada pelo órgão antitruste desde 2012 de usar seus direitos políticos na Usiminas, no próximo dia 25. As chances de acatar a tese são cerca de 70% negativas, segundo especialistas que conhecem o Cade.

A Ternium, que tentou impedir a realização da AGE tão próxima da AGE de 28 de abril, segundo fontes, alega que Nippon trabalhou em parceria com Parisotto, ajudando a elegê-lo como novo presidente, no lugar de Penido. O grupo italiano considera insustentável a continuação de Penido, pois o acusa de ser o responsável pela demissão de seus executivos com voto de minerva na reunião do conselho que julgou o caso.

O grupo italiano aponta, por exemplo, que a empresa japonesa Sankiu, que tem subsidiária no Brasil e é prestadora de serviços para a Usiminas e outras siderúrgicas locais, é "um instrumento" da Nippon para ajudar Parisotto.

Segundo informações, a Sankiu, com sede em Tóquio, tem a Nippon Steel como uma de suas dez maiores acionistas, com 3% do capital da empresa. E que a subsidiária brasileira, dona de 9 milhões de ações de Usiminas, quase 100% ONs, teria dado procuração a Parisotto para garantir sua eleição na AGE de abril.

A Nippon Steel, procurada pelo Valor, disse que só tomou conhecimento de que a Sankiu Brasil detinha ações da Usiminas quando o L. Par informou sua lista de apoiadores para requerer a realização da AGE.

E informou que a Nippon não faz parte do seu bloco de controle, bem como de que participa das decisões estratégicas da Sankiu e de suas empresas controladas.

Para outra fonte, a provável eleição de Parisotto poderá ser bom para a Usiminas nesse cenário de conflito. "Ele vai atuar pelo bem da companhia e, certamente, dará muito trabalho aos dois acionistas controladores", disse.

Quem serão os principais players do minério de ferro em 2015?

23/03/2015 - Fonte: INDA

Em 2014 foram produzidas 2,2 bilhões de toneladas de minério de ferro. Somente a China importou mais de 64% de todo o minério exportado. Como bem sabemos o mercado desta commodity é jogado por poucos players, sendo controlado por um pequeno clube de produtores e de compradores.

De um lado a China, a principal importadora, que deve importar 941Mt em 2015. Do outro lado apenas quatro grandes mineradoras, a Vale, Rio Tinto, BHP e a Fortescue que juntas produziram mais de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro em 2014.

A China, como sempre, é quem dita os principais parâmetros deste jogo. Afinal ela importa 64% de todo o minério disponível. Em segundo, por incrível que pareça, vem a União Européia que importa 12%, Japão 11% e Coréia do Sul que importa 5% do minério disponível.

Este equilíbrio deve se manter por muito tempo já que os principais produtores ou são australianos ou brasileiros que juntos tem mais de 84 bilhões de toneladas de minério cubadas.

Outros produtores importantes, mas não tão importantes para desequilibrar o mercado, são a Rússia, Índia, Canadá e Ucrânia. Correndo por fora estão alguns países africanos cujos projetos, ainda não desenvolvidos, poderão competir no futuro próximo.

Companhias vão enfrentar mais um ano de retração

23/03/2015 - Fonte: INDA

A retração de lançamentos de imóveis desde 2012 vai resultar em queda relevante da receita do setor de incorporação neste ano. Em 2014, o setor reduziu, pelo terceiro ano consecutivo, o volume de novos projetos apresentados ao mercado, e há expectativa de novo encolhimento em 2015.

O recuo da receita devido à menor atividade operacional das incorporadoras também deverá se acentuar no próximo ano, segundo analistas.

"As empresas estão cada vez menores", afirma o analista de mercado imobiliário do JP Morgan, Marcelo Motta. Nas projeções do banco de investimento, entre as incorporadoras de sua cobertura Cyrela, Gafisa, PDG, Rossi e Rodobens Negócios Imobiliários vão apresentar retração de receita neste ano. O JP projeta que a receita da EZTec ficará estável e que Even, MRV e Direcional terão melhora do indicador.

A composição da receita ocorre conforme o avanço das obras e reflete a média móvel dos lançamentos e das vendas dos três últimos anos. No ano passado, a receita líquida consolidada das incorporadoras que já divulgaram resultados encolheu 7,3% na comparação com 2013.

Os lançamentos das incorporadoras de capital aberto caíram 17,5% em 2014, para R\$ 20 bilhões, enquanto as vendas tiveram queda de 19%, para R\$ 19,98 bilhões. Os números

não incluem o desempenho da Viver, que ainda não divulgou seu desempenho operacional.

A maioria das incorporadoras de capital aberto evita sinalizar perspectivas de lançamentos e vendas, e o tom predominante é de foco na redução de estoques.

A Even Construtora e Incorporadora não tem meta de lançamentos, mas estima que o Valor Geral de Vendas (VGV) a ser alcançado em 2015 será menor do que o do ano passado. A empresa já divulgou que não vai lançar produtos no primeiro semestre.

A EZTec informou ter capacidade para lançar de 30% a 40% a mais do que no ano passado, mas ainda não definiu o volume de novos projetos a serem apresentados. A Rossi tem capacidade para lançar até R\$ 2,5 bilhões, mas informou ao mercado que não deve alcançar este patamar em 2015. A PDG estima lançamentos em 2015 "da mesma ordem de grandeza do ano passado", mas o VGV a ser lançado dependerá da conjuntura macroeconômica.

Ao comentar seus resultados de 2014, a Gafisa deixou clara sua postura conservadora e cautelosa em relação ao mercado da divisão de mesmo nome, ou seja, de imóveis para as classes média e alta. Já a Tenda, divisão de baixa renda, informou que pretende elevar lançamentos neste ano, embora não tenha meta de VGV.

Para acelerar a venda de unidades em estoque, principalmente concluídas, as incorporadoras continuam lançando mão de descontos dos preços de imóveis.

Na avaliação de um analista setorial, caso as empresas consigam, de fato, acelerar a venda de estoques, a composição da receita poderá ser melhor do que a de 2014, e o setor retomará os lançamentos. O analista pondera que a velocidade de venda dos estoques é inferior à de lançamentos.

Se, por um lado, os abatimentos de preços contribuem para a comercialização dos imóveis e para a geração de caixa, essa estratégia pressiona as margens das companhias. Justamente por isso se espera que o impacto positivo da menor participação dos projetos das safras antigas na composição da margem bruta acabe sendo limitado neste ano.

A partir de 2016, a participação das safras antigas (até 2011) na receita e na margem bruta deve ser residual, pois quase todas as entregas que faltam desses projetos estão previstas para este ano.

A concessão de descontos pela Rossi nas vendas de unidades prontas contribuiu para que a margem bruta da companhia caísse dos 18,8% de 2013 para 14,2% no ano passado e para a companhia ter prejuízo líquido de R\$ 619,4 milhões. Segundo a Rossi, as margens tendem a continuar pressionadas no curto prazo por conta dos descontos.

Analistas esperam que a margem Ebitda das incorporadoras seja pressionada pela proporção maior das despesas gerais e administrativas em relação à receita das empresas. A continuidade da redução do tamanho das companhias pode resultar em novos cortes de pessoal.

A Tecnisa, por exemplo, vem fazendo cortes em algumas de suas áreas desde 2012 e já divulgou que também terá "ajustes de pessoal" neste ano para adequar sua estrutura de gastos.

A Even demitiu 70 pessoas em fevereiro, o equivalente a 6,5% de sua folha de pagamento anualizada, num total de 143 pessoas desde janeiro de 2014. Mas, segundo a companhia, a estrutura está adequada no momento.

A PDG fez corte no quadro de pessoal de 42% no ano passado. Segundo a companhia, "a administração segue ajustando o tamanho da empresa de acordo com a necessidade da operação e com as diretrizes estratégicas de longo prazo". Entre 2012 e 2014, baixa de pessoal chegou a 61%.

Algumas incorporadoras avaliam a venda de terrenos considerados não estratégicos e não descartam comercializar participações em projetos, caso da Tecnisa. No quarto trimestre, a PDG fechou a venda de participações em 17 projetos por R\$ 260 milhões, mantendo o controle dos empreendimentos. Recentemente, a incorporadora vendeu sua participação de 27% na incorporadora argentina TGLT por valor não revelado.

A venda de imóveis com descontos, de terrenos e de fatias de projetos aceleram a geração de caixa pelas incorporadoras. Companhias mais endividadas, como PDG, Rossi e Tecnisa destinam o caixa, principalmente, para a redução da alavancagem. Tem sido comum também a recompra de ações.

A Cyrela teve geração de caixa recorde de R\$ 867 milhões no ano passado, a maior parte destinada à distribuição aos acionistas. "Os fundamentos para a geração de caixa em 2014 se repetem neste ano", garantiu o diretor financeiro e de relações com investidores da Cyrela, Eric Alencar, ao comentar os resultados da companhia.

Os recursos serão destinados aos programas de recompra de ações em aberto, ao pagamento de dividendos, à redução do endividamento e à compra de terrenos. Não há uma destinação de recursos prioritária.

Com baixo nível de endividamento e geração de caixa recorde, a Direcional vai propor pagamento de dividendos acima do nível estatutário.

Atividade fraca reduz efeito cambial sobre preços

23/03/2015 - Fonte: INDA

A escalada da taxa de câmbio no primeiro trimestre, sobretudo no último mês, gerou uma onda de revisões para a alta da inflação neste ano, que pode superar 8% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Economistas ouvidos pelo Valor avaliam, no entanto, que o coeficiente de repasse cambial aos preços ("pass-through") pode ser menor do que os modelos econométricos apontam: num ambiente recessivo e de demanda fraca, há pouco espaço para reajustes.

O impacto do dólar acima de R\$ 3,20 também pode ser atenuado pela queda das commodities e pela desvalorização de outras divisas em relação ao dólar, movimento que reduz a depreciação da taxa de câmbio real no Brasil.

No IPCA-15 de março, que subiu 1,24%, conforme divulgado na sexta-feira pelo IBGE, os analistas viram sinais apenas marginais de pressão do câmbio. Na passagem mensal, os bens comercializáveis - que podem ser transacionados com o exterior e, por isso, são sensíveis à variação do dólar - avançaram de 0,41% para 0,60%.

Em 12 meses, no entanto, eles seguem rodando abaixo da inflação geral, que chegou a 7,9% neste mês, ante 5,86% dos itens comercializáveis.

Para Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do banco ABC Brasil, a trajetória mensal de alta desses preços está mais relacionada à parte de alimentação e bebidas - que subiu de 0,85% em fevereiro para 1,22% em março - do que ao dólar.

Dentro dos alimentos, diz Leal, os itens derivados de trigo, grão em sua maior parte importado, subiram pouco e, em outros segmentos, os impactos do câmbio estão concentrados em preços de pouco peso.

Na parte de cuidados pessoais, Leal nota que itens de higiene pessoal aumentaram 2,17%, ante recuo de 0,44% no mês anterior, puxados por produtos como perfume e artigos de maquiagem.

O dólar a R\$ 3,20, que ficará nesse nível até o fim do ano na sua avaliação, será transmitido aos preços, afirma ele, mas provavelmente com intensidade menor do que a de costume, devido à atividade fraca. Em seu modelo, cada 10% de depreciação cambial gera de 0,4 a 0,6 ponto percentual no IPCA num horizonte de 12 meses, que deve encerrar o ano em 8,2%.

"A atividade fraca minimiza o impacto do câmbio na inflação, mas o problema é que a variação cambial a ser repassada para os preços é muito grande", diz Tatiana Pinheiro, do Santander. Ela destaca que, de julho passado até agora, houve uma depreciação de 40% da taxa de câmbio.

Com base em modelo que aponta que o coeficiente de repasse cambial é de 7,5%, mas pode diminuir até 4% em função do esfriamento da atividade, o câmbio, afirma Tatiana, deve representar de 1,7 ponto a 3 pontos percentuais da inflação em 12 meses, conta que considera a desvalorização acumulada desde meados de 2014.

Em estudo, a MCM Consultores conclui que a intensidade do repasse depende principalmente de dois fatores: do hiato do produto, ou seja, da diferença entre o Produto Interno Bruto (PIB) efetivo e o potencial, e da magnitude da depreciação cambial.

Em períodos de atividade mais aquecida, o impacto inicial de uma desvalorização cambial de 10% na inflação pode chegar a 0,74 ponto. Em períodos de hiato do produto negativo ou zerado, esse efeito cairia para 0,21 ponto.

Na conjuntura atual de desvalorização expressiva do real e economia enfraquecida, o hiato do produto negativo deve conter o grau de transmissão do dólar mais elevado, diz a MCM. A consultoria trabalha com uma depreciação média de 12,6% do real no primeiro trimestre e de 8,7% de abril a junho, mas estima que o coeficiente de repasse cambial será algo próximo de 0,2 ponto.

Fernando Rocha, sócio da JGP Gestão de Recursos, avalia que outro fator, além da recessão, tem atenuado o efeito inflacionário do câmbio: o recuo das commodities. Pelo menos até agora, esse movimento compensou a perda de valor do real.

"A penetração das commodities nos índices ao consumidor é bem grande e elas estão estáveis em reais." Mesmo assim, Rocha revisou para cima sua estimativa para a alta do IPCA em 2015 para 8,7%, depois de aumentar a previsão do câmbio para o fim do ano de R\$ 3,10 para R\$ 3,30.

O economista-chefe do banco Fibra, Cristiano Oliveira, também reviu seu cenário para a taxa de inflação. Ao elevar sua previsão para a taxa média de câmbio no ano de R\$ 2,75 para R\$ 3, a projeção para o IPCA subiu de 8% para 8,3%. Em seu modelo, cada 10% de depreciação acrescenta 0,52 ao índice.

Segundo Oliveira, é possível haver surpresas nesse cálculo, não só devido à dinâmica da atividade, mas também em função da depreciação de outras moedas ante o dólar. Esse efeito, explica ele, limita a desvalorização real da divisa brasileira e, portanto, o repasse do câmbio aos preços.

Eduardo Velho, economista-chefe da INVX Global Partners, acredita que, mesmo em meio à recessão, os agentes econômicos vão repassar para frente os custos maiores com o dólar. "A economia fraca teoricamente reduz o repasse, mas as margens das empresas estão muito baixas e há uma pressão de custos". Em seu cenário básico, a taxa de câmbio alcançará R\$ 3,50 ao fim de 2015. Essa depreciação adicional, diz, acrescentará 0,11 ponto ao IPCA, estimado em 8,2% para este ano.

O Credit Suisse Brasil, que já trabalha com inflação de 8% para este ano, deve elevar sua estimativa para o IPCA nesta semana em função do dólar. Ao contrário de boa parte dos analistas ouvidos, porém, o economista-chefe da instituição, Nilson Teixeira, afirma que há evidências de que o "pass-through" subiu desde 2013, após um longo período de queda. "Nossos modelos também indicam que esse percentual cresce em períodos de maior depreciação cambial", disse.